



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE
MONSARAZ

2017

RELATÓRIO
E
CONTAS



Índice

1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA	2
2. CONVOCATÓRIA	3
3. CORPOS SOCIAIS.....	4
4. MISSÃO, VISÃO E VALORES	4
5. AS ASSEMBLEIAS GERAIS E A IRMANDADE	5
6. O MOVIMENTO DA IRMANDADE	5
7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	6
8. CLIENTES.....	29
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017	35
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
11. PROPOSTA	77



1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

Prezados Irmãos,

Nos termos do Compromisso, a Mesa Administrativa submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente relatório e contas de 2017, o qual, em conformidade com o mesmo Compromisso e com do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, incorpora respetivamente o «*Parecer*» do Conselho Fiscal e a «*Certificação legal de Contas*» do Revisor Oficial de Contas.

Com este relatório e contas pretende-se colocar à disposição da Irmandade toda a informação que permita a correta avaliação do desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, durante o ano de 2017.

Este documento não exprime a vida e a dinâmica da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz pois, há aspetos impossíveis de transmitir por palavras, pela sua profundidade na relação com as pessoas e pelos valores que os seus dirigentes, trabalhadores e voluntários, imprimem em cada uma das suas ações.

O ano de 2017 constituiu mais uma etapa no percurso de 156 anos de vida da Instituição, nas suas diferentes dimensões, prosseguindo as suas atividades, ações, iniciativas, com maior ou menor impacto, com maior ou menor visibilidade mediática, numa perspetiva de responder aos problemas sociais.

Finalmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz agradece reconhecidamente a todos quantos, durante o ano de 2017, colaboraram com a Instituição, em especial, aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros, trabalhadores e voluntários.

Reguengos de Monsaraz, 1 de março de 2018.



2. CONVOCATÓRIA

CONVOCATÓRIA

Maria de Fátima dos Santos Rosado Marques, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do COMPROMISSO da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, **convoco** todos os irmãos, para uma «sessão ordinária» da **Assembleia Geral**, a realizar no dia **26 de março de 2018** (segunda-feira), pelas **20:30 horas**, na sala de sessões do edifício-sede, sito na Av. Dr. António José de Almeida, 14, em Reguengos de Monsaraz, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;
- 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2017;
- 3 - INFORMAÇÕES

A Assembleia Geral reúne à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do COMPROMISSO.

Reguengos de Monsaraz, 6 de março de 2018.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



3. CORPOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: **Maria de Fátima Santos Rosado Marques**
VICE-PRESIDENTE: **Saul Lopes Quintas**
SECRETÁRIO: **Francisco José Tomé Gamado**

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: **Francisco Reis Calaco**
VOGAIS: **José Alberto Santos Lameira**
Pedro Miguel Aguilar Caeiro

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: **Manuel António Conde Galante**
VICE-PROVEDOR: **Fernando Manuel Calixto Quintas**
SECRETÁRIO: **Marisa Alexandra dos Santos Bento**
TESOUREIRO: **João Carlos Serra Amante**
VOGAIS: **Nuno Filipe Martins Cardoso**
João Filipe Godinho Cachaço
Manuel Francisco Branquinho Valadas

4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão:

Inspirada na doutrina e moral cristã, a SCMRM compromete-se a agir com rigor e dedicação em prol do desenvolvimento integral do Ser Humano.

Visão:

No desenvolvimento da Missão, a SCMRM assume-se como um agente dinâmico, através de um complexo de respostas sociais que vão ao encontro das atuais e futuras necessidades da comunidade em todas as suas vertentes, baseando a sua atuação no respeito, na disponibilidade e responsabilidade com vista a alcançar uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Princípios e Valores:

Os valores constituem o quadro de referência que deve orientar a atuação da SCMRM no cumprimento da sua missão:

- **Respeito pela dignidade da pessoa;** sendo que cada ser humano é sempre único, detentor de direitos e deveres e é o foco da nossa intervenção.
- **Solidariedade;** comprometemo-nos na construção de práticas sociais para o desenvolvimento das relações humanas sustentadas numa cultura de justiça e paz.
- **Ética;** sentido de responsabilidade, idoneidade e transparência nas relações com os clientes, famílias, colaboradores e comunidade.
- **Qualidade;** fazer e fazer bem. Promovendo a melhoria contínua da ação do universo institucional com vista à satisfação de todos os intervenientes e comunidade.



- **Confidencialidade;** assumir uma atitude de respeito pela privacidade e individualidade de cada um, mantendo o sigilo e o zelo profissional.
- **Igualdade;** respeitar todos de igual forma, independentemente do género, classe social, disponibilidade financeira, relação de parentesco, país de origem e identidade religiosa, respeitando o direito à diferença.

5. AS ASSEMBLEIAS GERAIS E A IRMANDADE

Nos termos do Compromisso, a Assembleia-Geral reuniu três vezes:

- a) Em março para apreciação e votação do Relatório e Contas de 2016;
- b) Em junho para pedido de autorização para alienação e aquisição de bens imóveis;
- c) Em novembro, para apreciação e votação da Conta de Exploração Previsional e Plano de Atividades para o exercício de 2018.

6. O MOVIMENTO DA IRMANDADE

Quadro n.º 1

Irmãos	2015	2016	2017
Em 1 de JAN	372	364	357
Admitidos	11	4	9
Falecidos	11	11	11
Desistências	8	0	0
Em 31 de DEZ	364	357	355



7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

7.1 PRINCIPAIS INDICADORES DA ÁREA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Quadro n.º 2 – Indicadores

Designação	Quantidade	
	2016	2017
Administração Geral		
Admissões de clientes	117	172
Elaboração de contratos de prestações de serviços	163	172
Correspondência enviada (ofícios)	459	440
Correspondência recebida (em papel)	1438	1 642
Extração de fotocópias	56 364	44 373
Receção de candidaturas para o Lar de Idosos	13	24
Gestão Financeira		
Emissão de faturas/recibos	6 662	6687
Emissão de ordens de pagamento	1 501	1567
Informação à Mesa Administrativa	22	1
Recebimento ao balcão	2 848	1834
Recebimento através de transferências bancárias	3 893	3832
Recebimento através do Multibanco	3 898	3753
Reconciliação bancária (movimentos)	3 706	5 331
Registo e verificação de documentos de receita/despesa	13 910	14 174
Gestão de Recursos Humanos		
Encerramento de contas de candidaturas aprovadas do IEF	1	1
Entrevista de candidatos a trabalhadores	18	32
Elaboração de contratos de admissão de pessoal	9	20
Informação à Mesa Administrativa	35	77
Registo de faltas ao serviço	266	365
Relatório único	1	1
Rescisão de contratos de trabalho	14	22
Mapa de férias	12	11
Gestão de Hardware e Software		
Assistência técnica informática	1780	2 320
Computadores montados de raiz	0	3
Formatação e atualização de Softwares nos PC's	18	20
Reparação de PC's	8	15
Manutenção e Atualização de PC's, Servidores e NAS	370	620
Manutenção de Sistemas e Terminais de Rede	129	350
Gestão de Aprovisionamento e Património		
Candidatura para investimentos	1	3
Pedido de pagamento a entidades financiadoras	1	0
Procedimento de ajuste direto para aquisição de bens e serviços	5	8
Projeto de decisão para aquisição de bens e serviços	2	2
Proposta para aquisição de bens e serviços	26	19
Faturas lançadas no programa de stocks	2 347	3 495
Documentos de saída no programa de stocks	2 840	3 870



7.2 RECURSOS HUMANOS

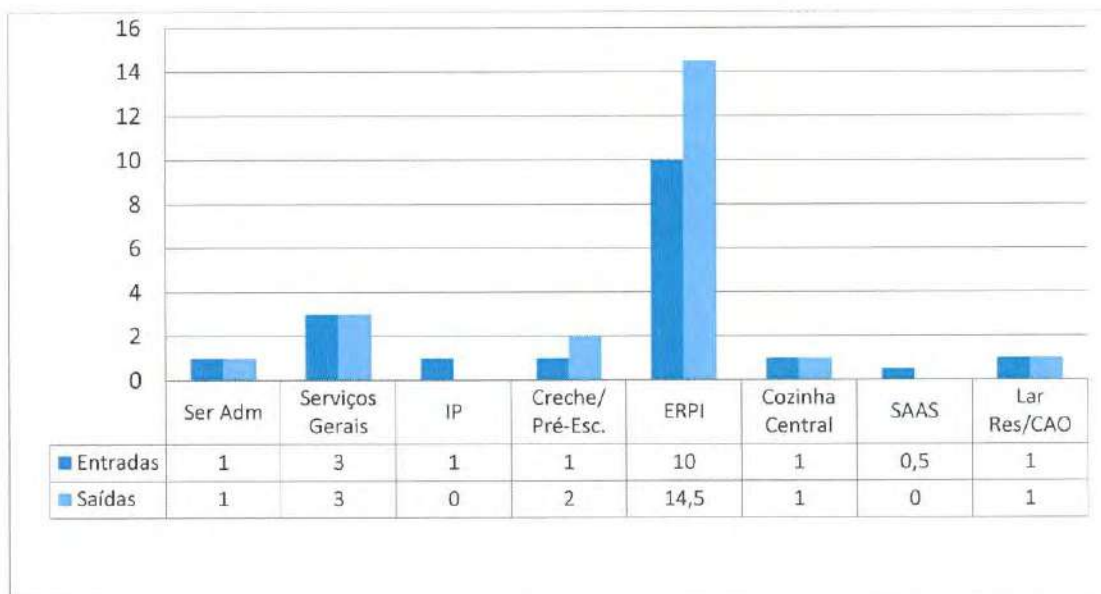
Num ambiente cada vez mais competitivo a sobrevivência das organizações depende muito dos seus recursos humanos, combinando as necessidades individuais com as da organização, de modo a evidenciar uma força de trabalho produtiva, estável e responsabilizada.

Para assegurar o normal funcionamento das respostas sociais, desta Instituição, desempenharam funções, durante os anos de 2015, 2016 e 2017, os trabalhadores discriminados nos gráficos que se seguem, por vínculos, categorias, habilitações literárias e rotatividade. Os dados reportam-se a 31 de dezembro de cada ano.

Gráfico n.º 1 – Vinculação



Gráfico n.º 2 – Rotatividade do quadro de pessoal



Nota: os 0,5 na ERPI e no SAAS, dizem respeito a uma colaborada a meio tempo



Gráfico n.º 3 - Distribuição por categorias

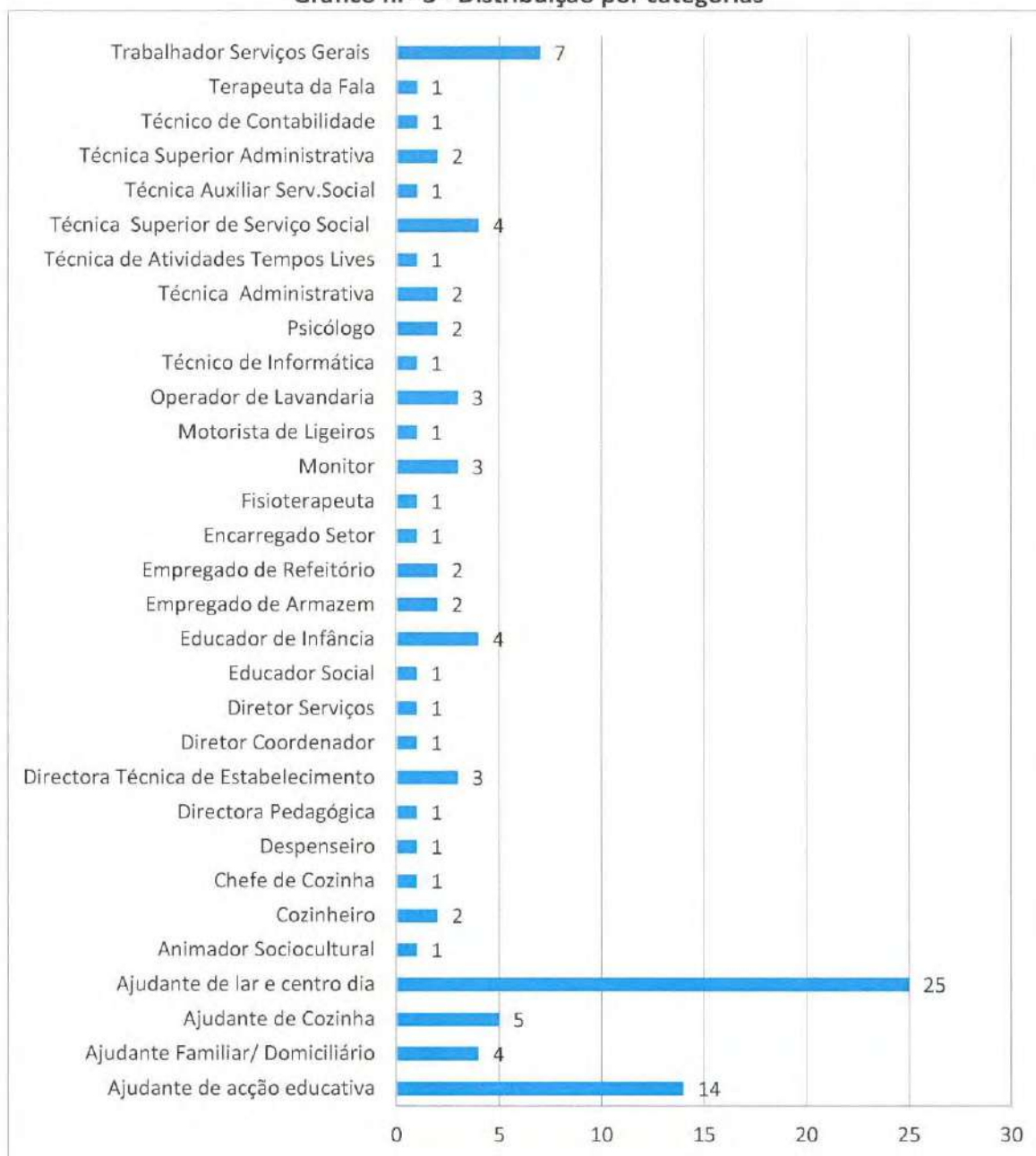
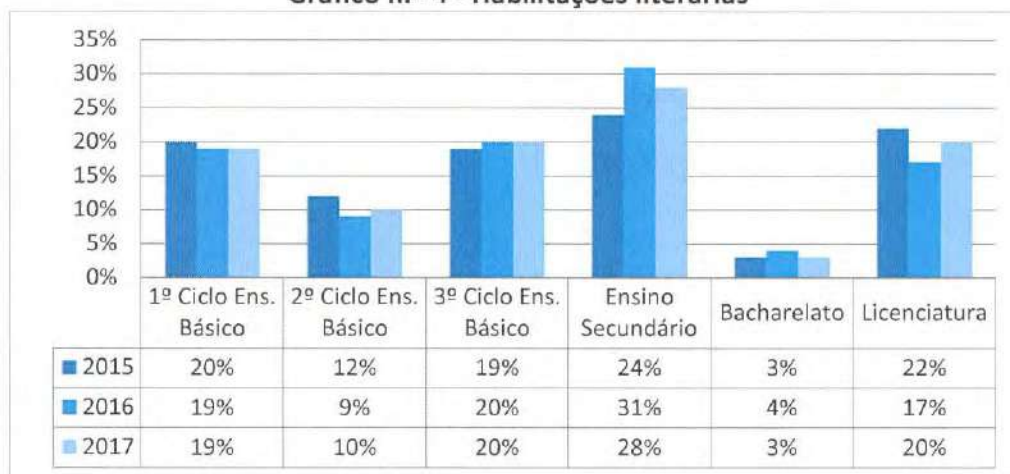




Gráfico n.º 4 - Habilitações literárias



Quadro n.º 3 - Entrevistas para recrutamento de pessoal

Resposta Social	Categoria	Tipo contrato	Entrevistas realizadas
Creche	Ajudante de Ação Educativa	Termo Certo	1
Centro de Atividades Ocupacionais	Técnica Superior Serviço Social	Termo Certo	1
Cozinha Central	Estagiária	Termo Certo	1
Estrutura Residencial para Idosos	Ajudante de lar/Centro de dia	Sem Termo	1
Estrutura Residencial para Idosos	Ajudante de lar/Centro de dia	Termo Certo	5
Intervenção Precoce	Terapeuta da Fala	Termo Incerto	1
Lavandaria Central	Operadora de Lavandaria	Sem Termo	1
Serviços Administrativos	Técnica Superior Administrativa	Sem Termo	1

7.3 PATRIMÓNIO

PRÉDIOS URBANOS

Centro de Atividades de Tempos Livres:

Foi realizada a empreitada de *“obras de adaptação/alteração de edifício a Centro de Atividades de Tempos Livres”*.

A referida obra foi executada no edifício da antiga resposta social *“Lar de Infância e Juventude”* e tem como objetivo principal o aumento da capacidade da respetiva resposta social, de 40 para 85 clientes.

**Salão Multifunções – Cozinha Central:**

Foram realizadas obras de melhoramento, nomeadamente substituição de tubagens de esgotos.

Salão Multiusos - Rua Mouzinho Albuquerque:

Foi arrendado por um período de doze meses.

Alienações:

Foram alienados os seguintes Prédios Urbanos:

Prédios Urbanos	Valor Alienação
– Rua da Cruz Vermelha, nº 23, em Reguengos de Monsaraz.....	€ 62 000,00
– Rua de S. Pedro, nº 26, em Cumeada.....	€ 77 500,00
Total...	€ 139 500,00

Prédios Rústicos:

Foi alienado o Prédio Rústico, Herdade Maria Afonso pelo valor de € 1 100 000,00.

Aquisições:

Foi adquirido pelo valor de € 45 000,00, um de lote de terreno destinado a construção urbana, com área de mil setecentos e quarenta e oito metros quadrados, sito na Urbanização da Quinta da Capela, em Reguengos de Monsaraz.

7.4 TRANSPORTES

O serviço de transportes desempenha um papel importante na logística da Instituição, nomeadamente na mobilidade de pessoas e bens, no aprovisionamento e no apoio a diversas atividades.

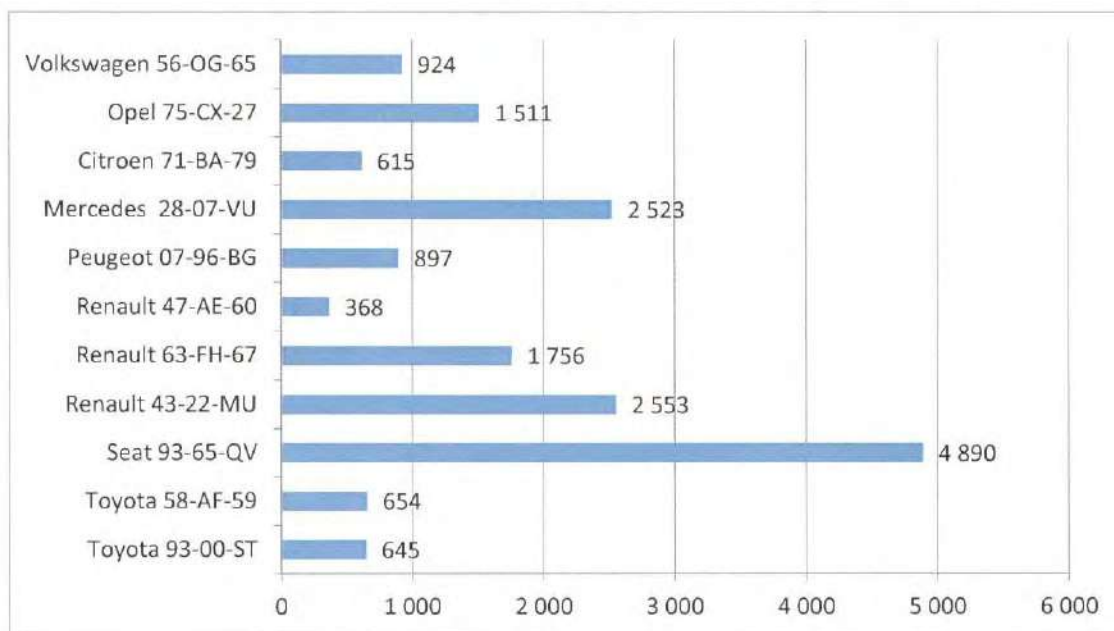
Este serviço foi garantido por uma frota constituída por 14 veículos. Nas suas deslocações procurou-se minimizar os respetivos custos, promovendo, simultaneamente, o maior número de serviços para a Instituição.

No final do ano, foram adquiridos dois veículos ligeiros de mercadorias, novos, da marca Renault Kangoo, matriculas 66-UA-53 e 45-UA-99, e logo adaptados ao Serviço de Apoio Domiciliário.

Nos quadros que se seguem apresentam-se os encargos de conservação e reparação, bem como os quilómetros percorridos (média mensal e total anual por veículo e o total geral anual).



Gráfico n.º 5 - Despesas de conservação e reparação de veículos (€)



Quadro n.º 4 - Quilómetros percorridos

TIPO DE VEÍCULO	MARCA	IDADE (ANOS)	MATRÍCULA	MÉDIA MENSAL (KMS)	TOTAL ANUAL 2017 (KMS)	TOTAL ANUAL 2016 (KMS)
Mercadorias de 2 lugares	RENAULT	9	63-FH-67	1 717	20 599	21 106
Passageiros de 9 lugares	CITROEN	12	71-BA-79	1 525	18 303	18 298
Passageiros de 5 lugares	RENAULT	12	47-AE-60*	526	6 316	11 266
Mercadorias de 3 lugares	TOYOTA	12	58-AF-09	241	2 897	2 398
Ambulância de 9 lugares	MERCEDES	14	28-07-VU	2 519	30 233	30 395
Passageiros de 5 lugares	TOYOTA	14	16-43-UT	191	2 296	4 224
Misto mercadorias 3 lugares	TOYOTA	16	93-00-ST	255	3 059	3 257
Mercadorias de 2 lugares	SEAT	17	93-65-QV	458	5 497	2 323
Misto de 7 lugares	PEUGEOT	24	07-96-BG	789	9 462	8 881
Mercadorias de 2 lugares	RENAULT	27	43-22-MU	1 174	14 089	12 484
Passageiros de 5 lugares	Opel	10	75-CX-27	579	6 944	6 931
Mercadorias 2 lugares	VOLKSWAGEM	4	56-OG-65	307	3 689	**
Total Geral...				10 282	123 384	121 563

Notas:

* Veículo é propriedade da Administração Regional de Saúde do Alentejo e está ao serviço das técnicas da Intervenção Precoce.

** Veículo adquirido em dezembro



7.5 RESPOSTAS SOCIAIS

Atividades intra-institucionais



Carnaval: Como já é hábito na Instituição o Carnaval é uma data que reúne todas as respostas sociais. Este ano realizou-se uma matiné onde estiveram presentes, a creche e jardim-de-infância, atividades e tempos livres, centro de atividades ocupacionais e o lar de idosos. O objetivo desta atividade consiste, para além da comemoração da festividade, promover o convívio entre as várias gerações, facilitando o contacto, favorecendo o relacionamento e valorizando as competências de cada grupo. O tema da matiné foi livre, tendo ficado à responsabilidade de cada um a máscara a apresentar.

Pirilampo Mágico: A Campanha Pirilampo Mágico é uma Campanha realizada anualmente, no decorrer do mês de Maio. O principal objetivo da campanha é “(...)a angariação de fundos em favor das CERCI's e outras organizações congéneres”; A “Campanha Pirilampo Mágico” envolve cerca de 100 Organizações sem fins lucrativos e mobiliza milhares de pessoas entre familiares, técnicos e cidadãos anónimos. Informação e Sensibilização da opinião pública sobre a problemática da pessoa com deficiência intelectual e/ou multideficiência procurando salvaguardar o direito à igualdade de oportunidades e o exercício da cidadania plena deste tipo de população. A integração das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência é um valor a defender, a sua diferença, um valor a respeitar e a rentabilização do seu potencial um valor a considerar! (...)”¹



Este ano o centro de atividades ocupacionais organizou um encontro no parque da cidade para promover a Campanha Pirilampo Mágico. Estiveram presentes o jardim-de-infância e lar de idosos.



Santo António: Como já aconteceu em anos anteriores, a Santa Casa da Misericórdia esteve presente com um stand institucional nas festas de Santo António! A decoração do stand ficou à responsabilidade de todas as respostas sociais: creche e jardim-de-infância, atividades e tempos livres, centro de atividades ocupacionais, lar de idosos, intervenção precoce e serviço de apoio e acompanhamento social. Para tornar o nosso

¹ <http://www.fenacerci.pt/web/pirilampo.html>



stand mais atrativo tivemos vários adereços para que as famílias pudessem ir tirar fotografias que foram depois publicadas na página do facebook da Instituição.

Magusto: Foi na estrutura residencial para pessoas idosas que mais um ano se juntámos para comemorar o São Martinho. Nesta atividade estiveram presentes: jardim-de-infância, centro de atividades ocupacionais e o lar de idosos. Uma manhã de baile, onde tivemos direito às fantásticas castanhas, batata-doce e marmelos.



Festa de Natal dos clientes: Uma comemoração intergeracional, entre as várias respostas sociais. A festa realizou-se no auditório municipal, aberta à comunidade. Nesta festa as várias respostas sociais mostraram a sua criatividade em várias atuações desde a música até à representação. Este ano tivemos a colaboração dos hipermercados Intermarche e Continente o que nos permitiu oferecer a cada cliente uma pequena lembrança.

Jantar de Natal de colaboradores: A SCMRM tem o prazer de oferecer a todos os colaboradores e membros dos órgãos sociais, assim como aos respetivos familiares, um jantar na época natalícia. O jantar realizou-se no salão multifunções, com ementa elaborada pela equipa da cozinha, que também confeccionaram o jantar. Foram entregues a todos os funcionários e órgãos sociais um Bolo-rei.





ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), continuou em 2017, direcionado a crianças dos 5 aos 13 anos, visando o seu desenvolvimento e inserção na comunidade.

Manteve-se como principal objetivo a ocupação dos tempos livres das crianças, através de atividades estimulantes, criativas e lúdico-pedagógicas, nos períodos para além dos horários escolares em Tempo Letivo e durante todo o dia em Tempo de Férias/Interrupções Letivas, sendo assim uma componente de apoio à família.

Continuou-se o desenvolvimento do Projeto para o Triénio 2015/2018 “*Um-Dó-Li-Tá*”, o qual realçava a importância que a brincadeira ocupa na educação e de que forma favorece o desenvolvimento integral da criança, através de expressões, histórias, livros, jogos, experiências, recorrendo, sempre que possível a materiais reutilizáveis.

Frequentaram aproximadamente 70 crianças de janeiro a junho, tendo o número reduzido para 50 pelas interrupções letivas e de setembro a dezembro 62 crianças.

Contou-se com o apoio de uma Técnica de A.T.L., 5 Ajudantes de Ação Educativa e 1 Ajudante de Serviços Gerais.

Atividades lúdico-pedagógicas

De forma a se atingirem melhores resultados, continuou-se a elaborar planos das atividades, os quais incluíam atividades fixas, distribuídas da seguinte forma:

Tempo Letivo

- Música
- Expressão plástica;
- Expressão dramática
- Expressão físico-motora;
- Jogos de mesa;
- Dinâmica de grupo;
- Apoio ao estudo;
- Comemoração de datas importantes;





Interrupções letivas

- Trampolins;
- Ida à Piscina Municipal;
- Ida à Biblioteca Municipal;
- Ida ao Parque;
- Brincadeira livre;
- Origami;
- Experiências;
- Expressão dramática;
- Culinária;
- Visita de estudo a Lisboa- Estádio do Benfica e Teatro Bocage;
- Comemoração de datas importantes;
- Festa de fim de ano letivo.



INTERVENÇÃO PRECOCE

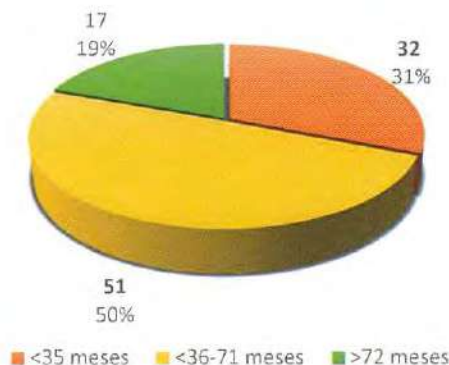
Esta resposta social destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos, com risco ou alteração nas funções e estruturas do corpo, ou com risco de atraso grave do desenvolvimento, e às suas famílias, provenientes do concelho de Reguengos de Monsaraz e Mourão.

A ELIRMM – Equipa Local de Intervenção de Reguengos de Monsaraz e Mourão é constituída por três docentes (uma para cada concelho e uma para os dois concelhos), uma terapeuta da fala (para os dois concelhos), duas psicólogas clínicas (duas a tempo inteiro para os dois concelhos), duas assistentes sociais (para os dois concelhos a tempo inteiro), fisioterapeuta, (para os dois concelhos, a tempo parcial) e duas enfermeiras uma em cada concelho, com três horas semanais).

Em 2017, a ELIRMM acompanhou 100 crianças, conforme gráfico que se segue, e 77 famílias.



Gráfico n.º 6 – Caracterização da população apoiada



No que diz respeito à caracterização das problemáticas da criança esta divide-se em duas grandes categorias: 1) Existência de alterações nas funções/estruturas do corpo e 2) Existência de fatores de risco. Verificou-se que, em 2017, à semelhança de 2016, houve um aumento de crianças apoiadas devido a alterações nas funções/estruturas do corpo.

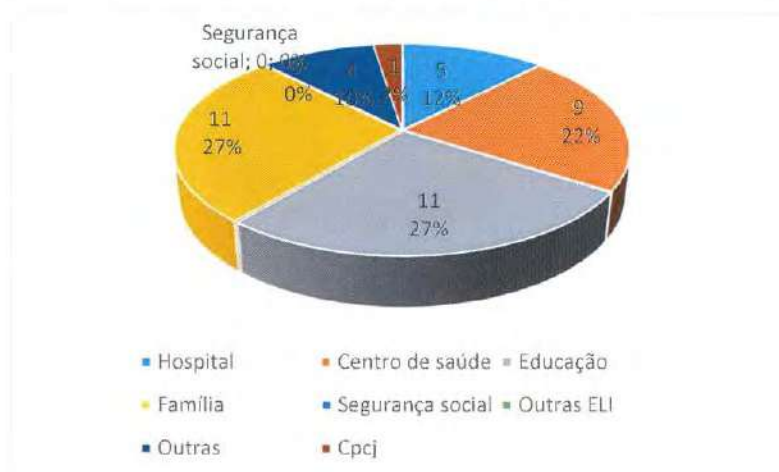
Gráfico n.º 7 – Caracterização das problemáticas



No ano 2017 a Equipa recebeu 41 novas referências, e as entidades que mais referenciaram foram os serviços de Educação e as famílias das crianças.



Gráfico n.º 8 - Referenciações efectuadas as por tipo de entidade



Intervir com crianças e as suas famílias no seu ambiente natural é um dos principais pilares da intervenção precoce. No que diz respeito ao local onde a intervenção ocorre, normalmente considera-se um contexto natural qualquer local onde as crianças participem. No Gráfico n.º 4 estão mencionados os diversos contextos de prestação de apoio.

Gráfico n.º 9 – Contexto de intervenção



Relativamente às famílias e crianças acompanhadas pela ELIRMM, os gráficos n.ºs 5 e 6 apresentam o número de crianças apoiadas bem como o número de apoios efetuados durante o ano de 2017, perfazendo um total de 4, 672 apoios.



Gráfico n.º 10 - Número de crianças apoiadas por especialidade

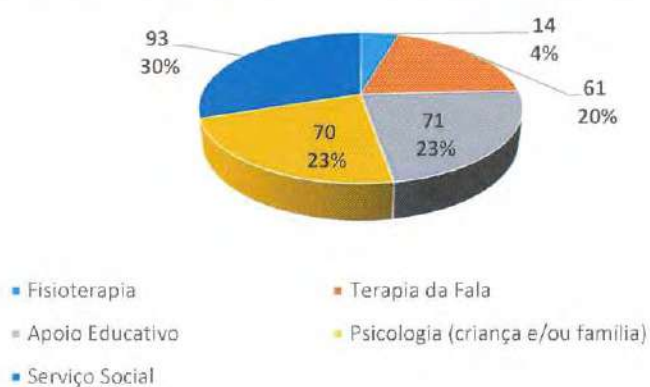


Gráfico n.º 11 - Número de apoios efetuados por especialidade

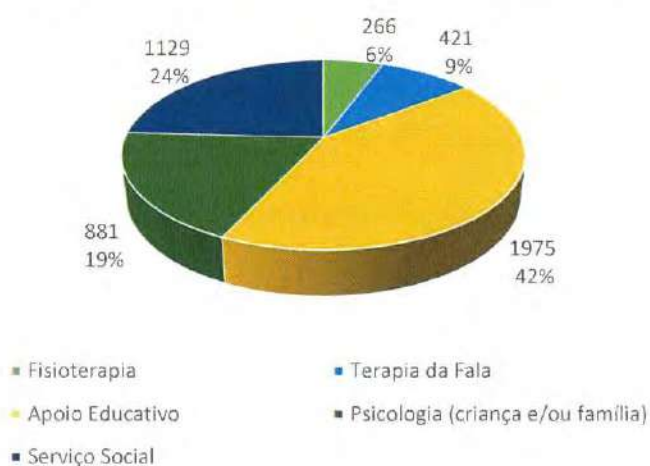


Gráfico n.º 12 - Motivos pelos quais as crianças/ famílias saíram da ELIRMM





A ELIRMM, durante o ano de 2017, promoveu ações informativas para as famílias e para comunidade de Reguengos de Monsaraz e Mourão.

Quadro n.º 5 – Ações divulgação/sensibilização/projetos comunitários e outras iniciativas promovidas pela ELIRMM

Ações de Sensibilização e de Divulgação	Data	Local	Destinatários
Informação/sensibilização centro de saúde 	de janeiro a dezembro	Centro de saúde consultas de saúde infantil	Comunidade
Projetos Comunitários	Data	Local	Destinatários
Reguengos +saudável 	26 e 27 de maio	Reguengos de Monsaraz: jardim publico 	Comunidade
Feira de Maio 	20 e 21 de maio	Mourão: parque de feira 	Comunidade
Festas de Santo António	9-13 de Junho	Reguengos de Monsaraz-Parque de Feiras	Comunidade



Outras Iniciativas	Data	Local	Destinatários
Sensibilização na comunidade Cigana- Importância da frequência no Jardim de Infância 	21 de Fevereiro 	Reguengos de Monsaraz-Bairro Pedra Escorregadia	Comunidade do Bairro

CRECHE E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Durante o ano de 2017 e como atividades integradas no projeto educativo das respostas sociais desenvolveram-se as seguintes atividades: visita ao Centro de Ciência Viva em Estremoz, pela sala dos 5 anos, a festa de final de ano, os dias do pai e da mãe e a participação na festa de natal da Instituição.



Integrando outras iniciativas externas, os clientes da Creche e Pré-Escolar participaram, mais um ano, na iniciativa do Dia do Pijama promovida pela Associação Mundos de Vida. Esta iniciativa de cariz solidário tem como causa “uma criança tem direito a crescer numa família”.



Ainda a convite da Associação Ajudaris os clientes das salas dos 4,5 anos participaram numa outra iniciativa, que consta da elaboração de histórias tendo por tema a família.

Como atividades da comunidade participámos ainda no evento da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com uma venda de produtos hortícolas no mercado municipal.

Das atividades promovidas pela autarquia os clientes de Pré-Escolar participaram na feira do livro, no dia da criança, nas marchas populares e na mostra de presépios. Ainda integrado nas atividades de Natal, os clientes de Pré-Escolar assistiram ao visionamento de um filme oferecido pelo município.



A Creche e Pré-Escolar participaram também no desfile de carnaval promovido pelo agrupamento de escolas.



Em parceria com o Centro de Saúde, realizaram-se ações de sensibilização sobre alimentação saudável para os clientes e para os pais.

Ao nível institucional, a sala de 5 anos realizou atividades em conjunto com a resposta social de ATL, nas pausas letivas.

Realizaram-se também reuniões informativas e de avaliação com pais/encarregados de educação.

Durante o ano letivo, os clientes beneficiaram das atividades de enriquecimento curricular, desporto, música e inglês, ministradas pelas próprias educadoras.

Nos meses de julho e agosto desenvolveram-se atividades em conjunto entre as várias salas, tais como: idas às piscinas e saídas ao exterior, expressão plástica e expressão motora.



**ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA****ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS «» CENTRO DE DIA «» SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO****Quadro n.º 6 – Atividades realizadas pela Área do Idoso**

Atividades realizadas durante o ano de 2017		Data de realização	Nº de participantes
Desejos para 2017	Atividade de partilha de desejos com vista ao aumento de sentimentos positivos	Janeiro	18
Comemoração do Dia do Obrigado	Lanche partilhado com objetivo de reforçar sentimentos de gratidão	Janeiro	50
Comemoração do dia da Luta contra o Cancro	Sensibilização no facebook com partilha de histórias de vida no Lar de Idosos	Fevereiro	5
Dia do Amor	Atividade com trabalhos manuais	Fevereiro	50
Carnaval	Baile de Carnaval da Instituição em contexto intergeracional	Fevereiro	8
Dia da Mulher	Atividade de partilha de histórias de vida com distribuição de flores pelas idosas	Março	37
Videoclip “Despacito”	Atividade de motricidade psico-motora comemorativa do “Dia da Felicidade”	Março	44
Páscoa	Distribuição de amêndoas e chocolates alusivos à data	Março	50
Atividade Um Dia Pela Vida (Liga Portuguesa Contra o Cancro)	Venda de bolos no Mercado Municipal	Março	4
Comemoração do 25 de Abril	Apresentação do coro com canções comemorativas do 25 de abril	Abril	24
Mês da Música	Atuação do grupo “Cantaraz” no lar, numa iniciativa da Junta de Freguesia	Abril	48
Sessão Fotográfica	Atividade de fotografia com vista ao aumento da auto-estima com exposição nas festas da cidade	Maio	22
Atividade Pirlampo Mágico	Atividade no Jardim Público da cidade organizado pelo CAO da SCMRM	Maio	7
Exposição “Reciclagem e Lavoures”	Reciclagem e exposição de garrafas na Biblioteca Municipal numa iniciativa da MOVIREG	Junho	9
Comemoração Festas de Santo António	Visionamento de fotografias e vídeos das festas da cidade	Junho	38
Arraial de Verão	Baile de Verão no Lar de Idosos	Julho	19
Projeto Dicionário dos Afetos	Recolha de testemunhos orais sobre relações afetivas	Agosto	35
São Martinho	Comemoração com castanhas e outros alimentos da época em contexto intergeracional	Novembro	32
Festa de Natal	Participação na Festa da Instituição no Auditório Municipal; Atuação de Magia no Lar de Idosos; Gravação de Vídeo Alusivo ao Natal; Jantar de Natal no Lar de Idosos	Dezembro	50



Além destas atividades pontuais realizaram-se todas as habituais atividades semanais que consistem em:

- Ioga (semanalmente com Professora Voluntária);
- Atividades Socialmente Úteis (inserção de jovens portadores de deficiência integrados em CAO, em atividades de jardinagem e de realização de aquisição de produtos de farmácia);
- Assistência Religiosa (Celebração da Palavra com grupo de voluntárias);
- Massagens Terapêuticas (bi-semanalmente com Técnica de Fisioterapia);
- Trabalhos de expressão plástica, sessões de estimulação cognitiva, sessões de atividade física, atelier de estética, atelier de culinária, ensaios do Coro do lar de idosos, comemoração dos aniversários (atividades coordenadas pela Animadora Sociocultural).

Serviço Social

Além do acompanhamento social diário realizado com os idosos e suas famílias, realizaram-se 33 estudos sociais para admissão de novos clientes (incluindo visita domiciliária e avaliação social diagnóstica com aplicação de escalas de competências funcionais e aplicações de testes cognitivos).

Fisioterapia

Em 2017 realizaram-se ainda 1663 sessões de fisioterapia tendo em vista a recuperação/manutenção motora de competências da vida quotidiana.





LAR RESIDENCIAL E CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Lar Residencial Dr. Luís Rojão, no ano transato acolheu 19 clientes/utentes, 6 dos quais do sexo feminino e 13 do sexo masculino.



Durante o ano de 2017 o Lar Residencial Dr. Luís Rojão:

Promoveu atividades que desenvolvem competências de relacionamento interpessoal, autodeterminação, autonomia, bem-estar, cidadania e participação social, tais como:

O direito de voto, o contrato de trabalho em lavandaria para uma cliente de Lar, participação em atividades na comunidade, responsabilização e realização de tarefas no exterior.

Desenvolver a espiritualidade; Promover a inclusão familiar e social, pertença em grupos religiosos, dois clientes de Lar frequentam o grupo de catequese.



Participar/assistir a eventos culturais, desportivos e sociais; Promover a inclusão na comunidade. Todos os clientes participam nas atividades promovidas no cartaz cultural adequadas aos mesmos. Inclusive tivemos a participação do Miguel Gameiro num espetáculo especial para nós, realização de um acampamento de verão, representação da peça de teatro Elmer, no dia de Campo promovido pela Movireg. Presença nas Festas Populares de Santo António, participação no projeto fiel do canil de Évora.

Proporcionar uma estimulação físico-funcional e sensorial visando o bem-estar do cliente, através de sessões de estimulação cognitiva e de ginástica diária.



Durante o mês de agosto a residência teve a colaboração de duas jovens na realização de atividades com os clientes, durante as férias de verão.



O Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.), dá resposta a 30 clientes e desenvolve atividades, que tem na sua base as necessidades individuais de cada cliente. Proporciona atividades de cariz ocupacional, inclusivo, desenvolvimento pessoal, social, bem-estar, estimulação sensorial e atividades de vida diária.



O CAO durante o ano 2017 desenvolveu 3 atividades inovadoras, Gesamb, exposição presépios, exposição de trabalhos de CAO no Centro Distrital da Segurança Social de Évora, apresentação campanha Pirilampo, apresentação filme “a janela do meu quarto” em escolas, entrega de cartões de aniversário a todos os colaboradores da SCMRM, tal como os convites para o jantar de natal da SCMRM. O C.A.O.

manteve o seu grupo de Autorepresentantes, com o intuito de resolver problemáticas da vida diária de C.A.O., através de abordagens a temas do interesse dos clientes.



Mantivemos Workshops de Origamis com escolas, ATL da SCMRM, Biblioteca Municipal.

Participamos em projetos/atividades como: “Limpar é Fixe”; sessões de cinema, espetáculo de marionetas “Maurionetas”, visita ao oceanário, participação no encontro de jovens de CAO da APPACDM na temática “direitos deveres e cidadania” Festas de Santo António, Decoração da árvore de Natal, presença na Feira do Livro, inauguração da praia fluvial de Monsaraz, Exposição de garrafas da MOVIREG com as três salas de CAO (trapos, madeiras e papeis), concretização da festa solidária Pirilampo Mágico 2017 no JP2 com participação do grupo musical “Los Chupitos”, colaboração em “um dia pela vida” da Liga Portuguesa contra o Cancro, oferta de flores em Origami no dia da mulher em parceria com o Município de Reguengos de Monsaraz, participação no cortejo carnaval de Reguengos em conjunto com as Escolas.



Foi organizado um encontro entre as famílias, clientes e colaboradores no passeio ao Oceanário e 3 de Dezembro. Para a concretização das Atividades Socialmente úteis de 7 clientes, contámos com a colaboração de entidades parceiras ao longo de 2017: Farmácia Martins, Moderna e Paulitos Florista Cuco, Lar D. Josefa Valadas da Costa, Destilaria Sharish, Biblioteca Municipal como parceiros na integração de clientes de CAO em ASU.

Assegurada a utilização da sala de Snoezelen com o agrupamento de escolas, duas vezes por semana.

Foram formalizadas novas parcerias, com trepadores da planície, oferta de cama articulada, colchão, andarilho e grades.

Foi assegurada também a alimentação e serviços de apoio social como estadia prolongada em contexto de Lar Residencial Dr. Luís Rojão, aos clientes com maiores carências sempre que se registou essa necessidade.



A Assistente social realizou o acompanhamento às famílias de CAO através de visitas domiciliárias e atendimento no gabinete da SCMRM.



Com o objetivo de desenvolver competências de regulação emocional, foi realizado acompanhamento em psicologia durante o ano de 2017.



ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL E CANTINA SOCIAL

Durante o ano de 2017 nas respostas de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Cantina Social houve uma média mensal de **182** agregados familiares a beneficiarem dos serviços e apoios oferecidos pela Instituição.



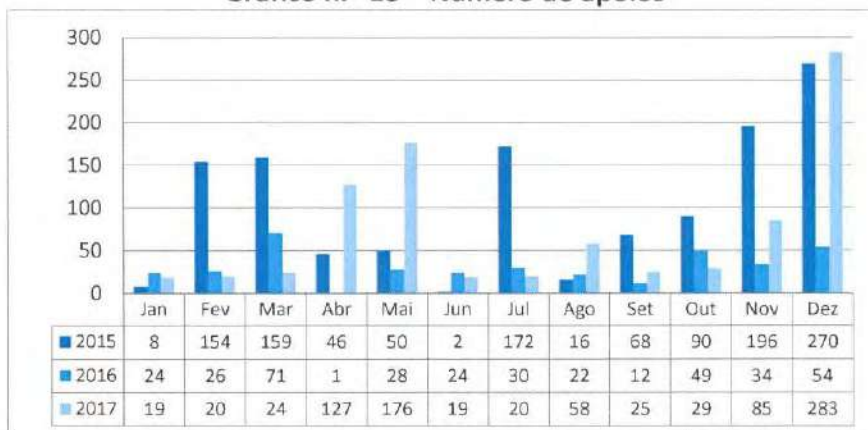
Quadro n.º 7 – Beneficiários Área da Família e Comunidade

Beneficiários das Repostas Sociais			
Acordo	SAAS	Cantina Social	POAPMC
Janeiro	98	43	-
Fevereiro	100	39	-
Março	120	38	-
Abril	137	42	-
Mai	143	43	-
Junho	101	39	-
Julho	101	38	-
Agosto	93	38	-
Setembro	116	38	-
Outubro	120	36	53
Novembro	119	36	53
Dezembro	316	36	53
Totais	1564	466	159

Banco de alimentos

Em termos de banco de alimentos, em conjunto com o Banco Alimentar Contra a Fome de Évora e com o Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), foram apoiadas um total de 885 famílias, com a distribuição mensal que se demonstra no gráfico seguinte.

Gráfico n.º 13 – Número de apoios

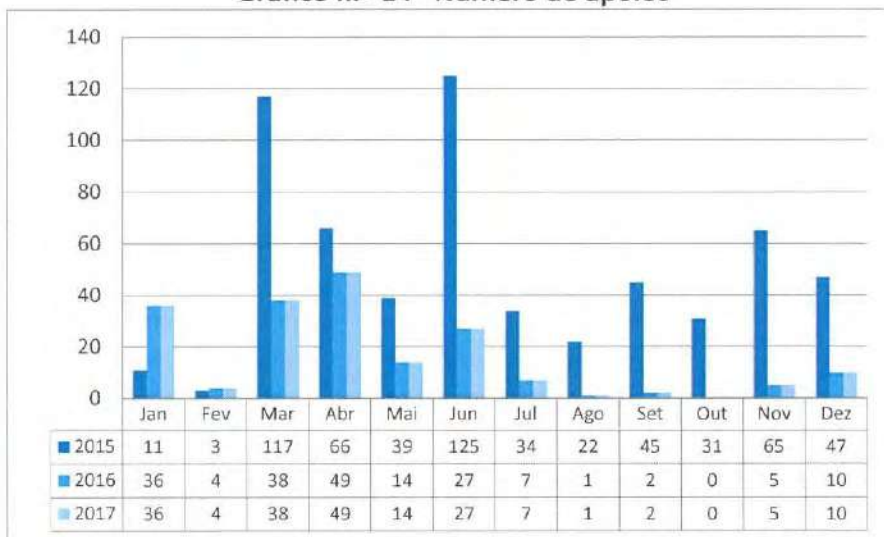




Banco de Roupas

O Banco de roupas consiste na distribuição de roupas e calçado a famílias carenciadas, sendo que se demonstram todos os apoios no gráfico que se segue. Também são distribuídos outros bens de forma pontual como material escolar, brinquedos, artigos para o lar e mobílias.

Gráfico n.º 14– Número de apoios



Apoios Pontuais

Em termos de Apoios Pontuais a resposta social de SAAS da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz doou € 148,75 para pagamento de despesas diversas e inadiáveis para três agregados familiares em situações de pobreza extrema.

Educação Social

Ao longo do ano de 2017 foram acompanhados 36 clientes em acompanhamento contínuo por parte da componente de Educação Social com o objetivo de integração social.

Cantina Social

Em 2017 foram servidas 26434 refeições na Cantina Social destinadas a famílias carenciadas, num trabalho articulado com a Cozinha Central da Instituição, com o Centro Paroquial de N^ª Senhora do Rosário (S. Pedro do Corval), com a Associação de Solidariedade Social de S. Marcos do Campo e com o Centro Social e Paroquial do Sagrado Coração de Jesus de Campinho.



7.6 ATOS DE CULTO

Durante o ano de 2017 realizam-se os seguintes Atos de Culto:

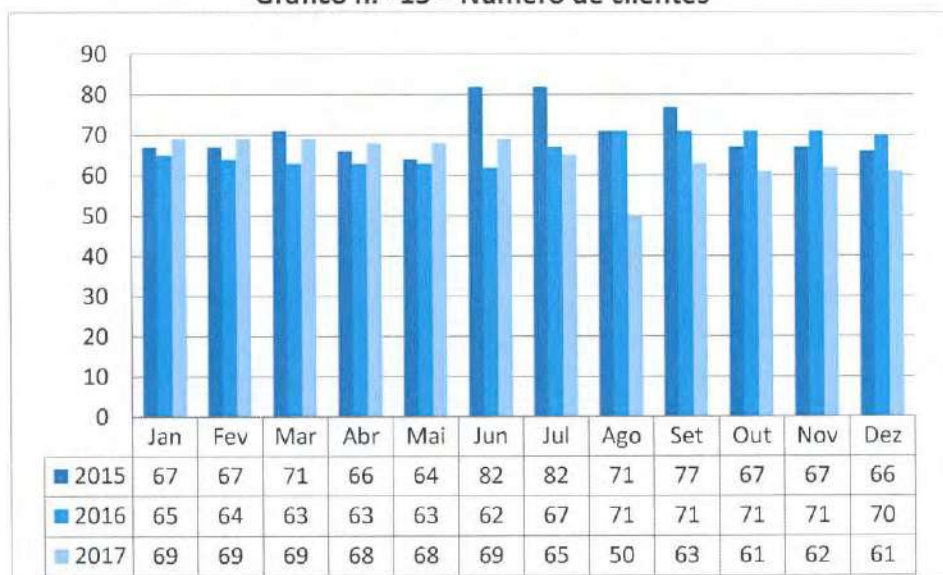
- a) Solene procissão do Enterro do Senhor, na Sexta-feira Santa;
- b) Missa, a 30 de novembro na Igreja Matriz, por alma de todos os Irmãos, beneméritos e falecidos.

8. CLIENTES

Sendo os clientes a razão de existência desta Instituição é importante conhecer o seu universo, por resposta social, cuja frequência média mensal dos 667, 515 e 522 que beneficiaram dos serviços prestados, respetivamente em 2015, 2016 e 2017, constantes nos seguintes gráficos.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE Centro de Atividades de Tempos Livres

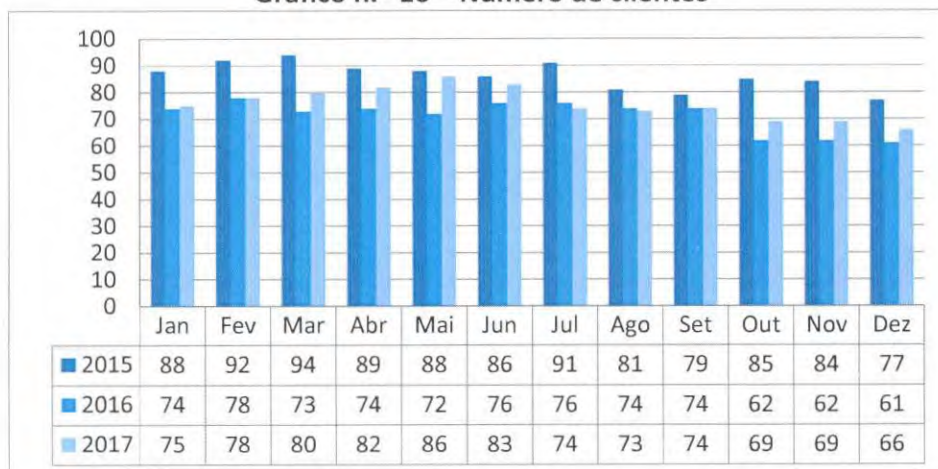
Gráfico n.º 15 – Número de clientes





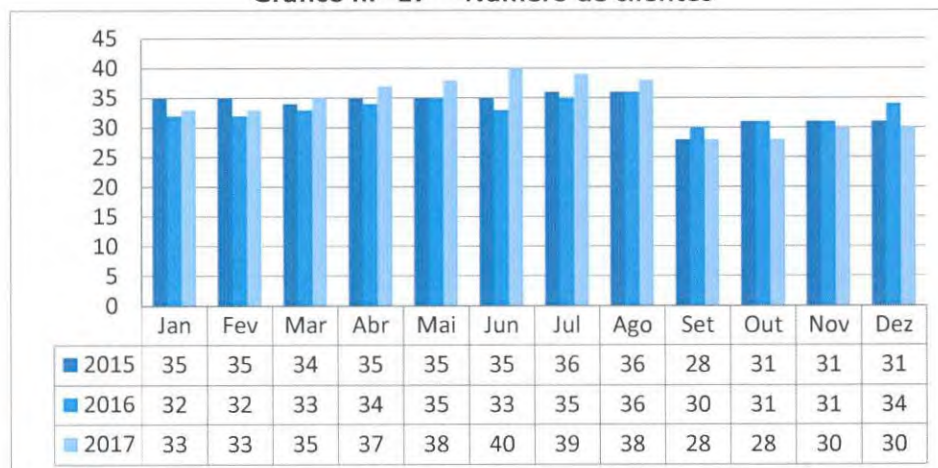
Intervenção Precoce

Gráfico n.º 16 – Número de clientes



Creche

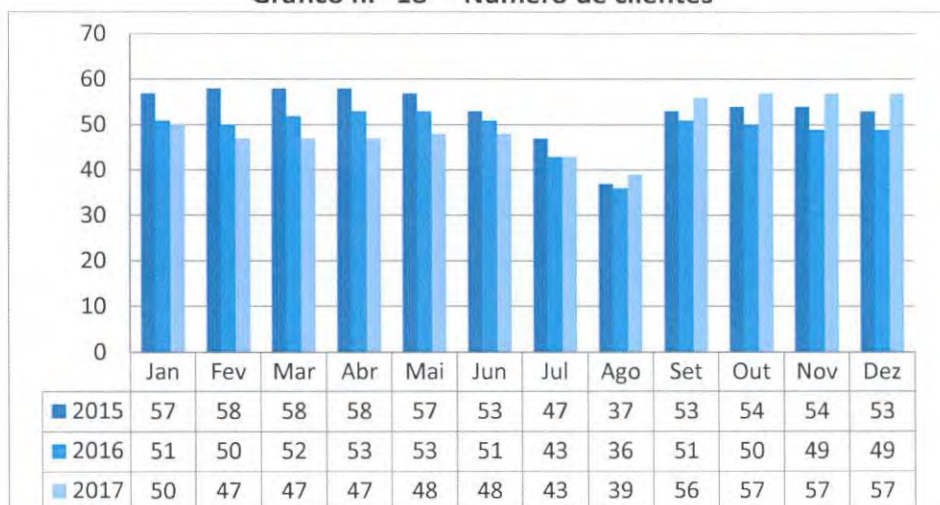
Gráfico n.º 17 – Número de clientes





Educação Pré-escolar

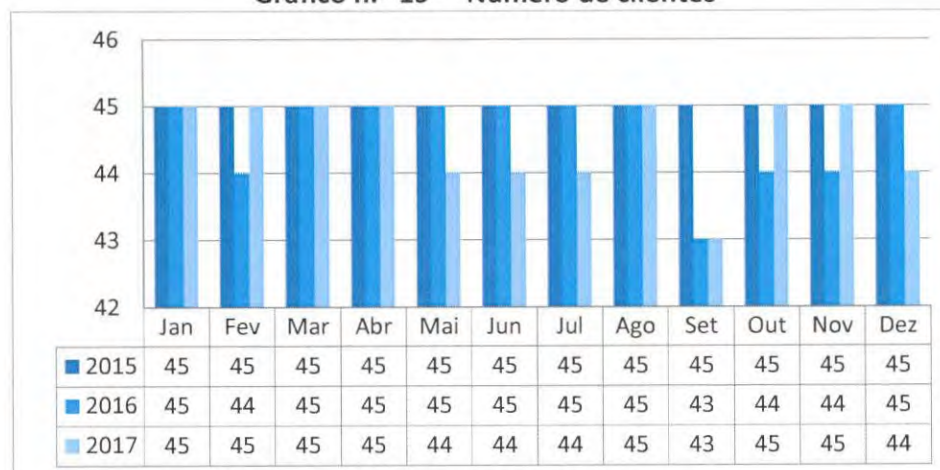
Gráfico n.º 18 – Número de clientes



ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

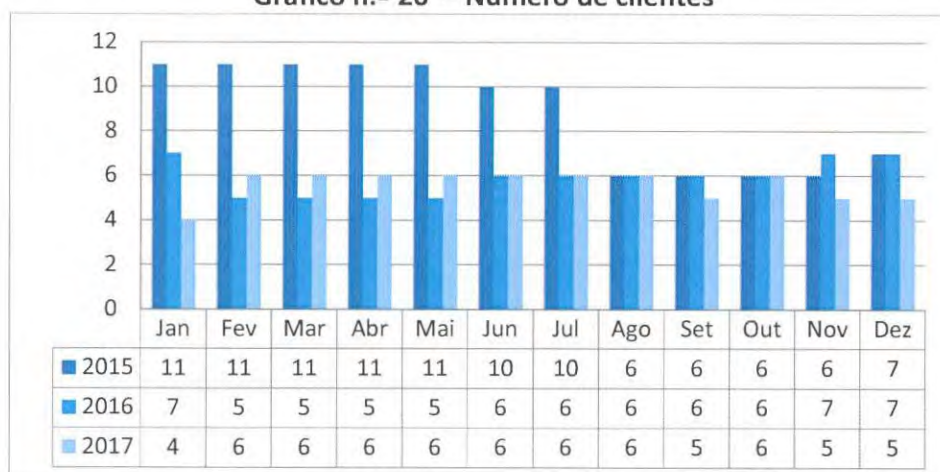
Gráfico n.º 19 – Número de clientes





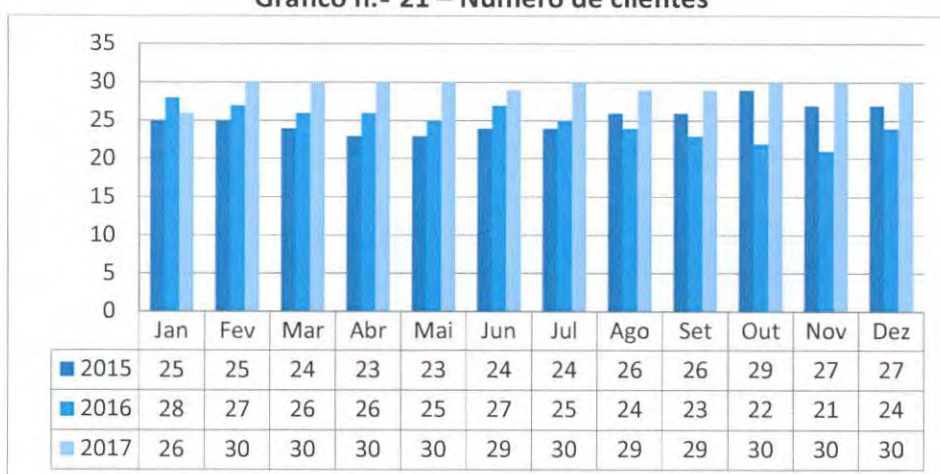
Centro de Dia

Gráfico n.º 20 – Número de clientes



Serviço de Apoio Domiciliário

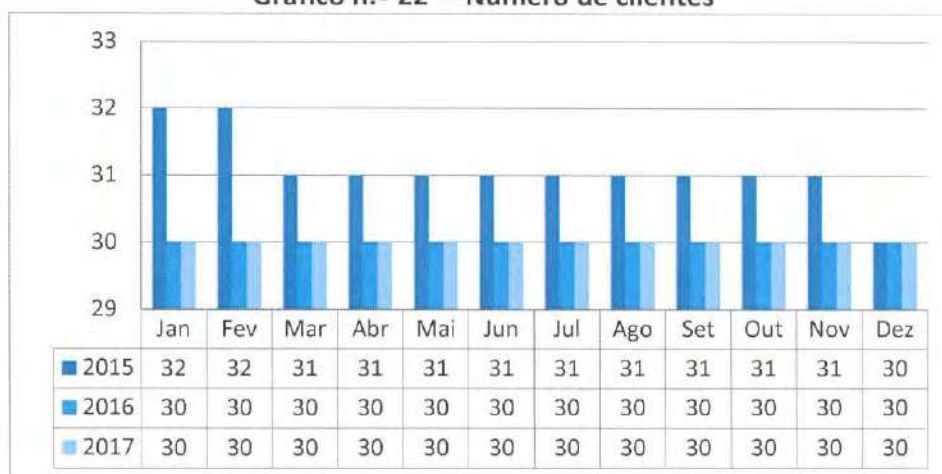
Gráfico n.º 21 – Número de clientes





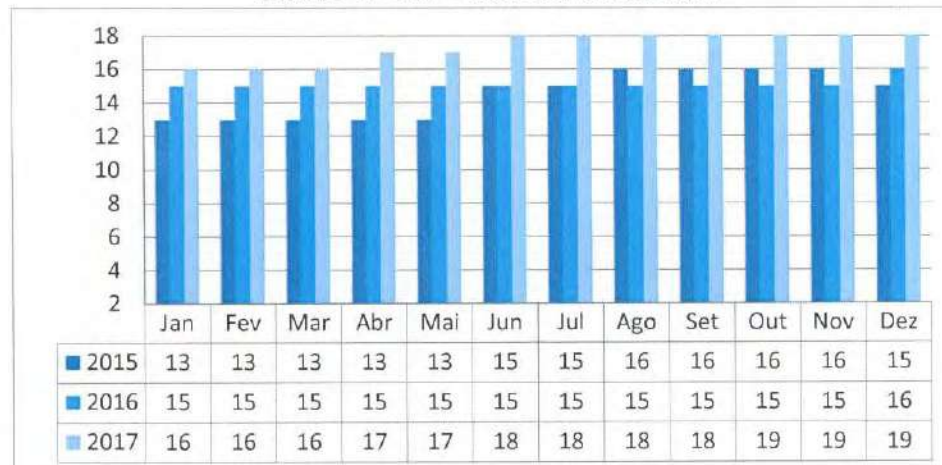
Centro de Atividades Ocupacionais

Gráfico n.º 22 – Número de clientes



Lar Residencial

Gráfico n.º 23 – Número de clientes

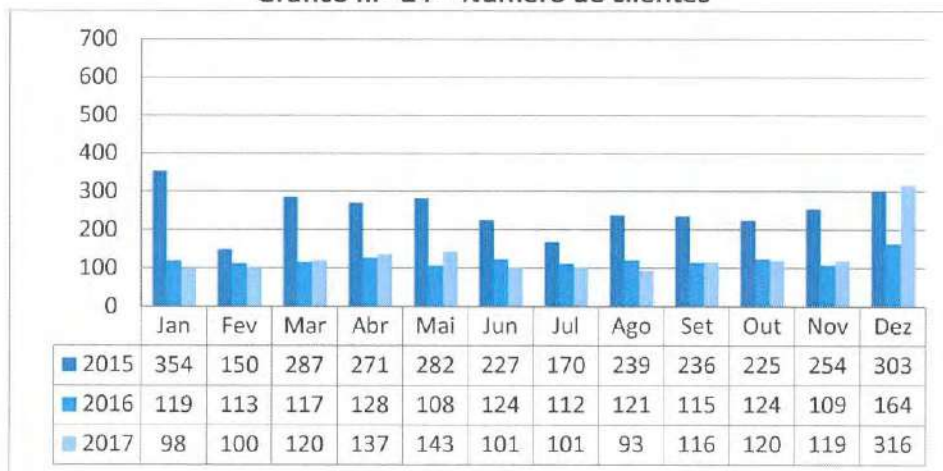




ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

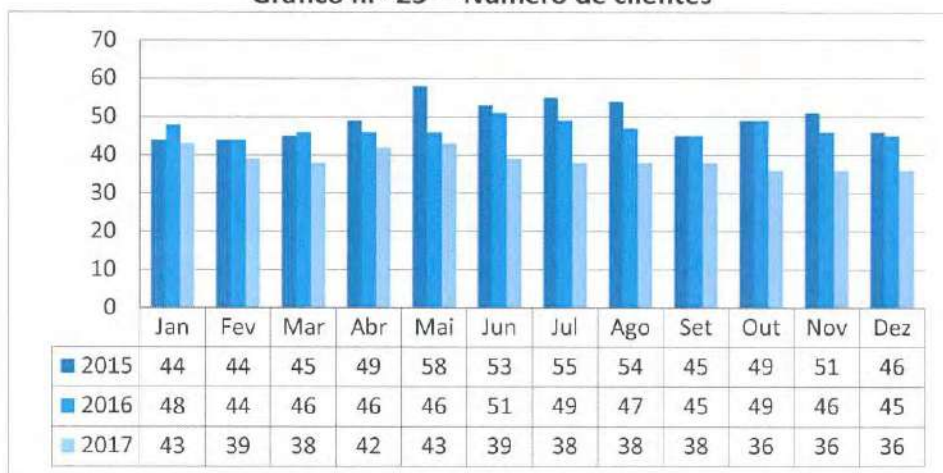
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Gráfico n.º 24 – Número de clientes



Cantina Social

Gráfico n.º 25 – Número de clientes





9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017

RESULTADO LÍQUIDO

O ano de 2017 foi um ano menos amargo para a Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, enquanto prestadora de serviços de natureza social, em resultado das insistentes medidas de contenção orçamental.

Tais medidas tiveram como resultado um ligeiro aumento de receitas, nomeadamente as provenientes de comparticipações familiares e da segurança social. No entanto para fazer face às despesas correntes e às responsabilidades de crédito contraídas, foi necessário proceder à alienação de bens imóveis. A referida alienação permitiu regularizar os compromissos assumidos e a realização de investimentos que permitam fortalecer o ativo patrimonial, originando, por isso, um resultado líquido do exercício de **€ 1 087 998,80**.

Não obstante os resultados, comparativamente com os obtidos em 2015 e 2016, a Mesa Administrativa regista o esforço extraordinário de todos os trabalhadores e outros colaboradores da Instituição em manter o normal funcionamento das respostas sociais e serviços de suporte.

As variações das rubricas encontram-se descritas nas notas das demonstrações financeiras (ponto 10).

Gráfico n.º 26 – Resultados líquidos (€)

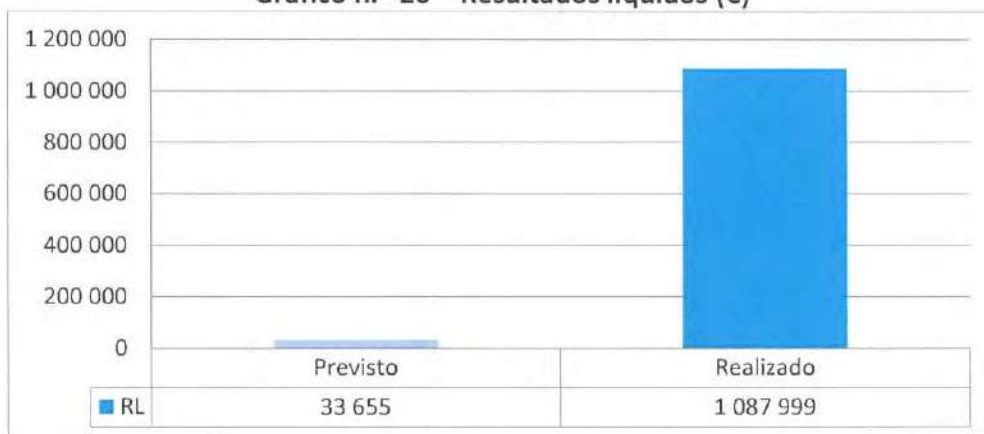




Gráfico n.º 27 – Rendimentos (€)

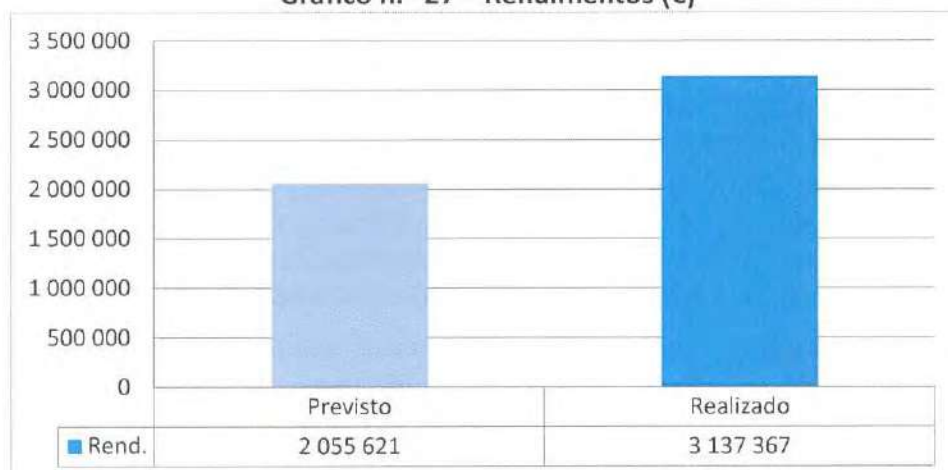


Gráfico n.º 28 – Variação das rubricas de rendimentos nos últimos 3 anos (€)

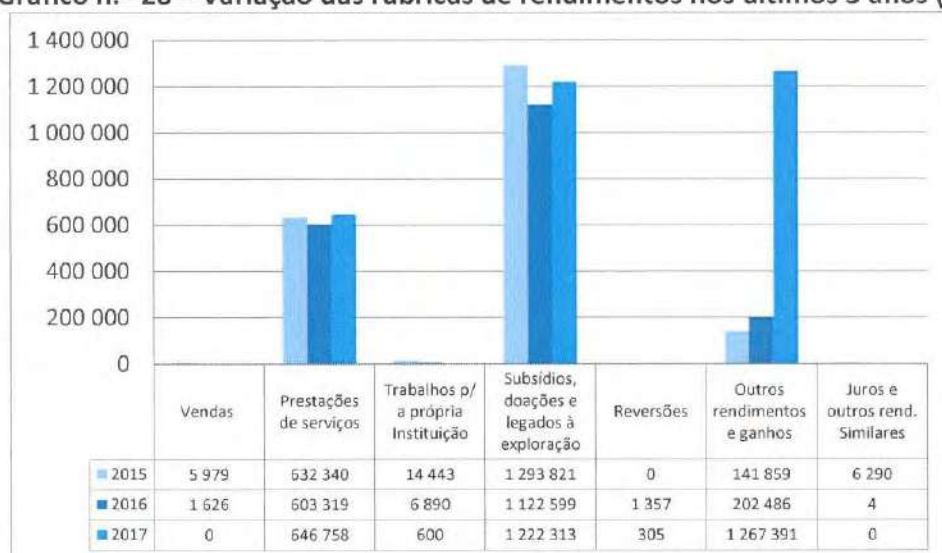




Gráfico n.º 29 – Distribuição de rendimentos

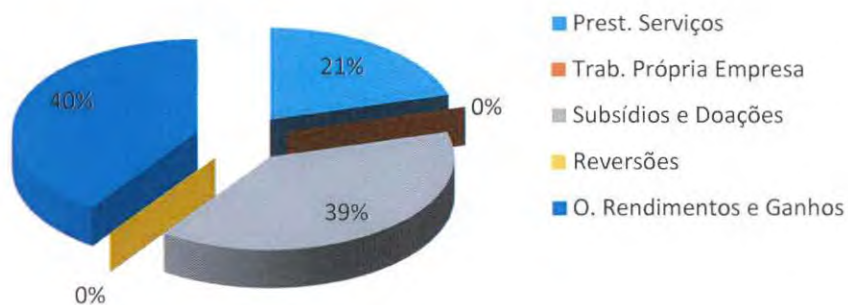


Gráfico n.º 30 – Gastos (€)

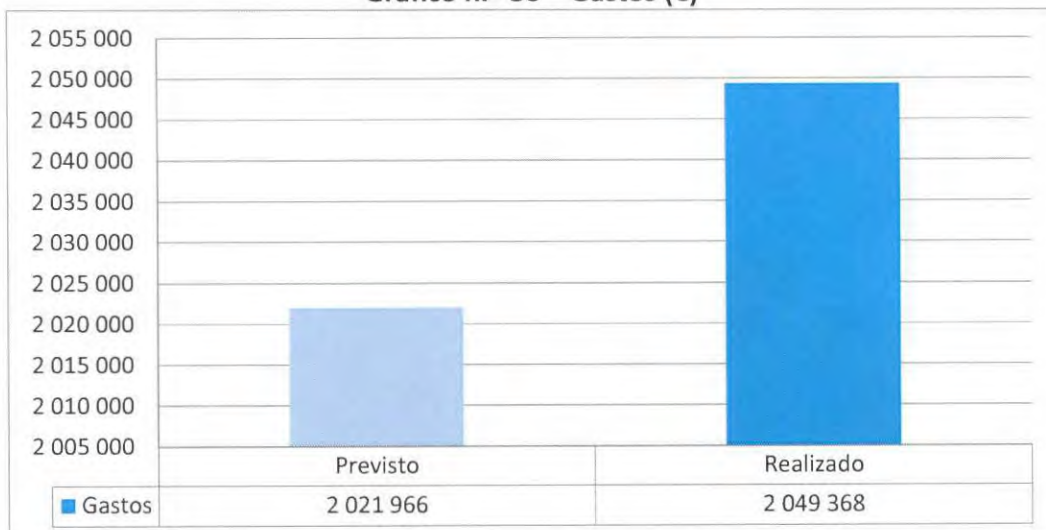




Gráfico n.º 31 – Variação das rubricas de gastos nos últimos 3 anos (€)

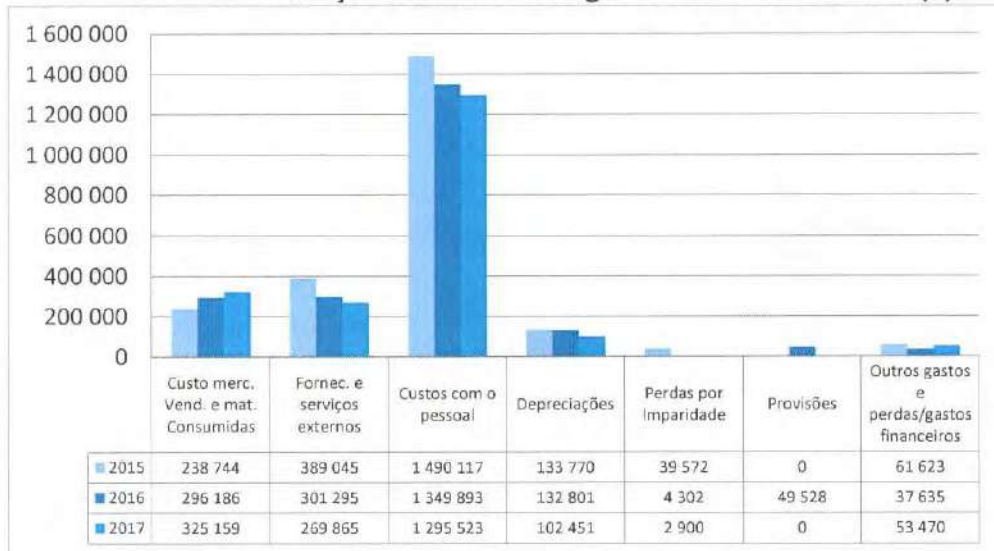
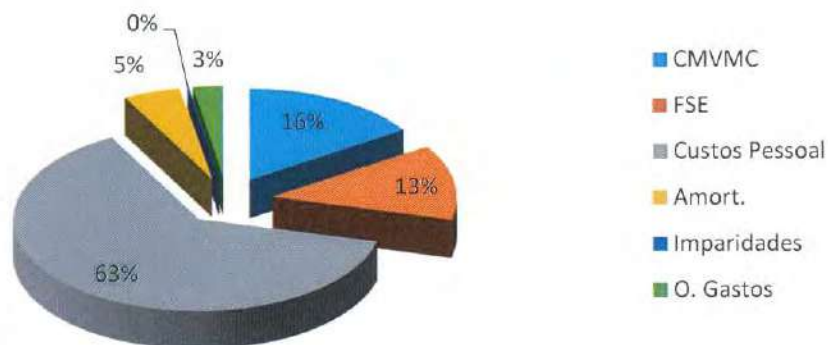


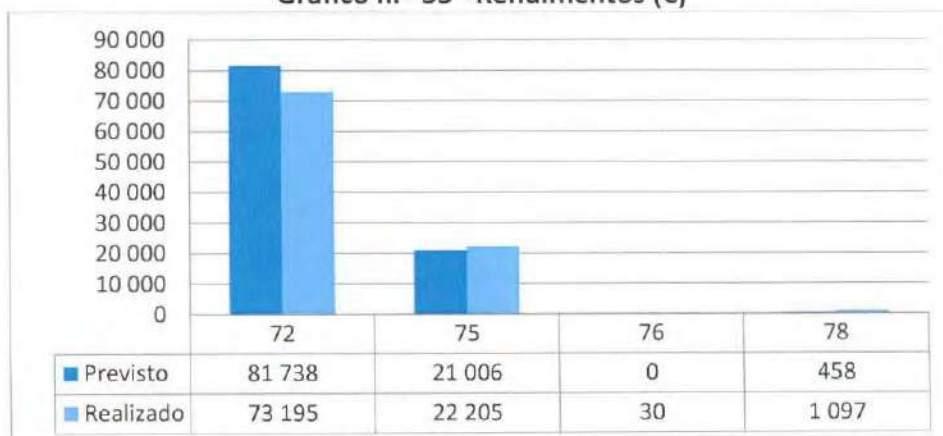
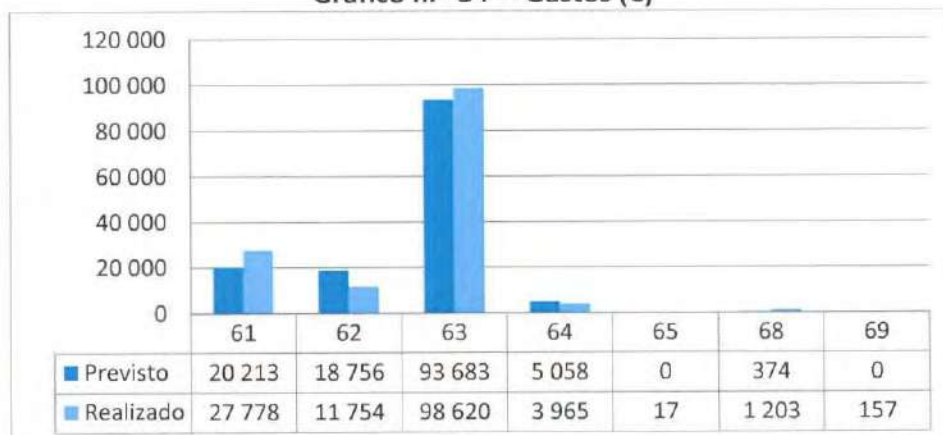
Gráfico n.º 32 – Distribuição de gastos



**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RESPOSTAS SOCIAIS E OUTRAS ATIVIDADES**

É a partir das respostas sociais geridas por esta Santa Casa da Misericórdia que é posto à disposição dos cidadãos o acesso a serviços adequados à satisfação das respetivas necessidades e expectativas de vida, com a consciência da complexidade e dificuldade da tarefa e da importância de fazer esforços de melhoria contínua.

Assim, é fundamental dar a conhecer o panorama operativo das mesmas, de forma tão completa quanto possível, ao nível da execução orçamental, decorrente das atividades desenvolvidas, durante o exercício em análise, através dos gráficos/mapas que se seguem, onde são evidenciados os desvios entre o executado e o orçamentado, bem como pequenas observações sobre os mesmos.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**Centro de Atividades de Tempos Livres****Gráfico n.º 33– Rendimentos (€)****Gráfico n.º 34 – Gastos (€)**

**Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72. Diminuição nas comparticipações familiares e dos clientes em relação ao previsto.

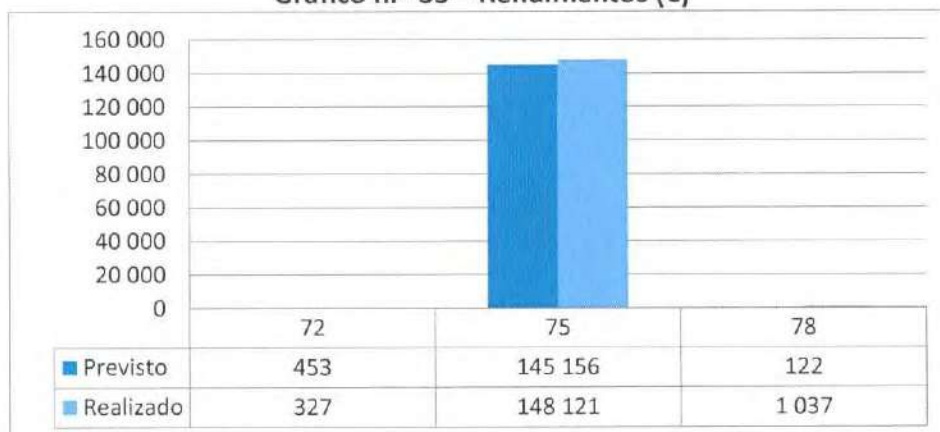
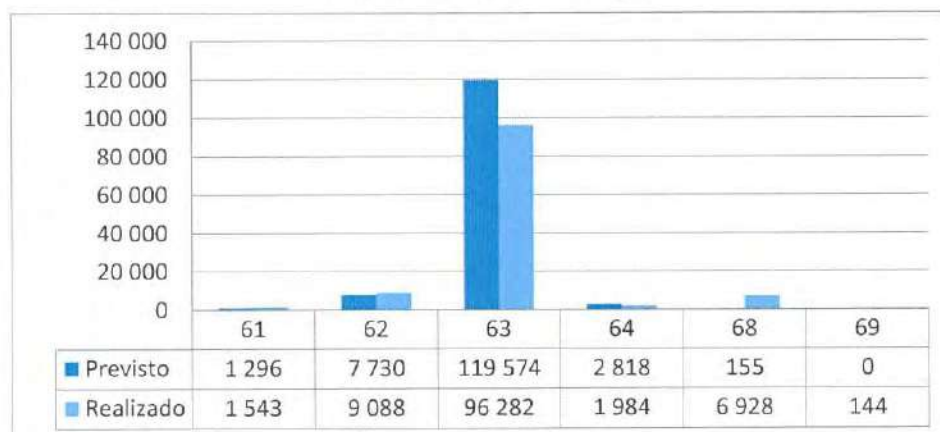
75. O aumento nesta rubrica deve-se à atualização anual das comparticipações da Segurança Social para 2017 e aos subsídios do IEFP referente a programas não previstos.

61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. Assim, nestas duas rubricas verifica-se um aumento de apenas €383,00.

63. Aumento de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido menos clientes/utentes, principalmente na Cantina Social e gastos com formação não previstos.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição.

Intervenção Precoce**Gráfico n.º 35 – Rendimentos (€)****Gráfico n.º 36 – Gastos (€)**

**Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

75. O aumento nesta rubrica deve-se à atualização anual das comparticipações da Segurança Social para 2017 e aos subsídios do IEFP referente a programas não previstos.

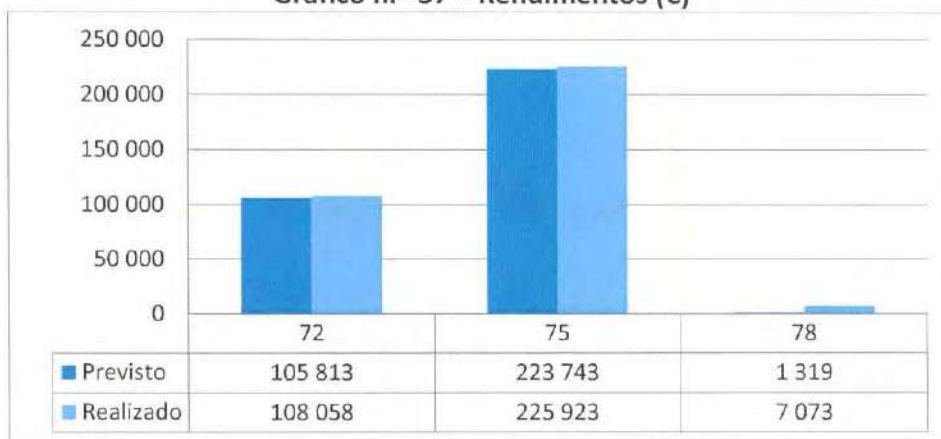
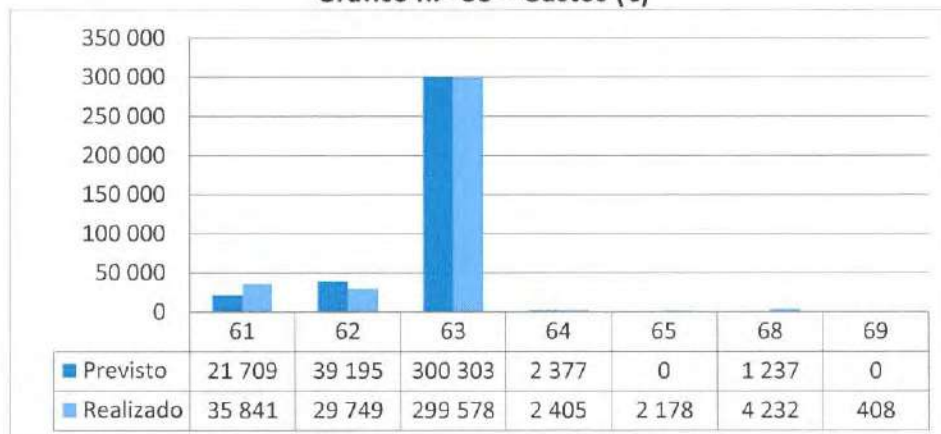
78. Aumento de "outros rendimentos" provenientes da imputação da administração e correções dos períodos anterior.

61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. Assim, nestas duas rubricas verifica-se um aumento €1 605,00.

63. Redução dos custos com o pessoal em virtude de três colaboradores terem estado de baixa médica.

68. Pagamento de retroativos de vencimento por acerto de enquadramento da categoria profissional.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição.

Creche e Educação Pré-escolar**Gráfico n.º 37 – Rendimentos (€)****Gráfico n.º 38 – Gastos (€)**

**Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72. Previsão média de 31 clientes em Creche e 49 em Educação Pré-escolar, no entanto o realizado foi de 34 e 50 clientes, respetivamente.

75. O aumento nesta rubrica deve-se à atualização anual das comparticipações da Segurança Social para 2017 e aos subsídios do IEFP referente a programas não previstos.

78. Correção relativas a exercidos anteriores.

61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. Estas rubricas registaram um aumento em virtude do número de clientes.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Pagamento de retroativos de vencimento por acerto de enquadramento da categoria profissional.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição.

ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA**Estrutura Residencial para Pessoas Idosas «» Centro de Dia «» Serviço de Apoio Domiciliário**

Gráfico n.º 39 – Rendimentos (€)

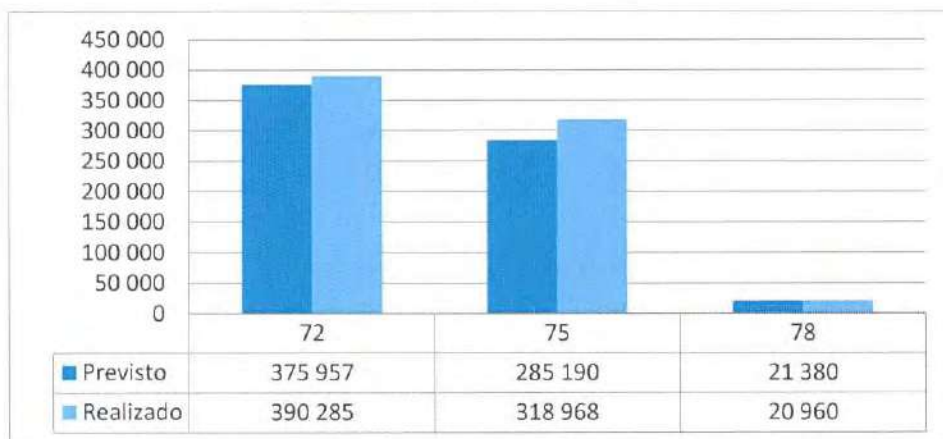
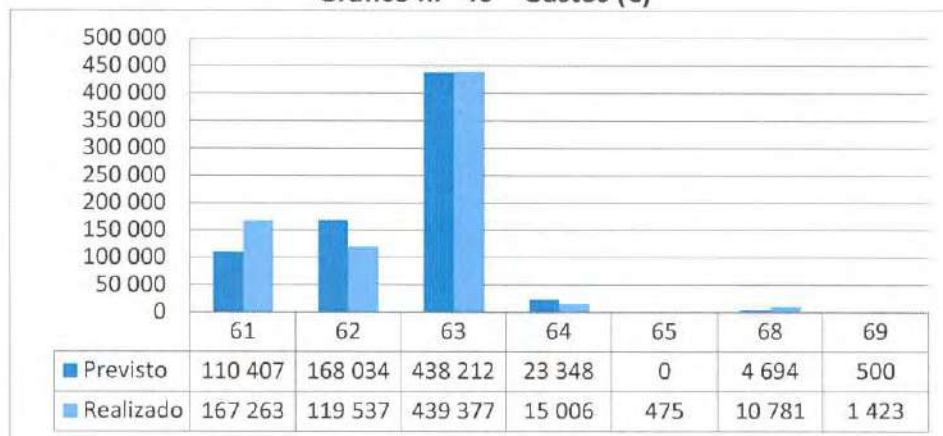




Gráfico n.º 40 – Gastos (€)

**Observações:**

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72. Aumento do número médio de clientes em SAD previsto, de 21 para 29.

75. Aumento das vagas reservadas e do pagamento de complemento de 2º grau para os clientes ERPI e ao aumento do número médio de clientes em SAD. Subsídios do IEFP referente a programas não previstos.

61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. O aumento do número de clientes originou o aumento de despesas com bens alimentares e outros bens não alimentares.

64. Previsão de aquisição de duas viaturas adaptadas para o SAD, durante o ano, o que só aconteceu em finais de dezembro, pelo que as depreciações apenas serão contabilizadas a partir de janeiro 2018, altura em que as viaturas serão realmente utilizadas.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Realização de funerais de dois clientes, um que foi abandonado pelos familiares e outro cujos familiares não tinham recursos. Correções relativas a anos anteriores e pagamento de retroativos de vencimento por acerto de enquadramento da categoria profissional.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição. Em orçamento apenas foram tidos em conta os juros do financiamento dos veículos.

Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais

Gráfico n.º 41 – Rendimentos (€)

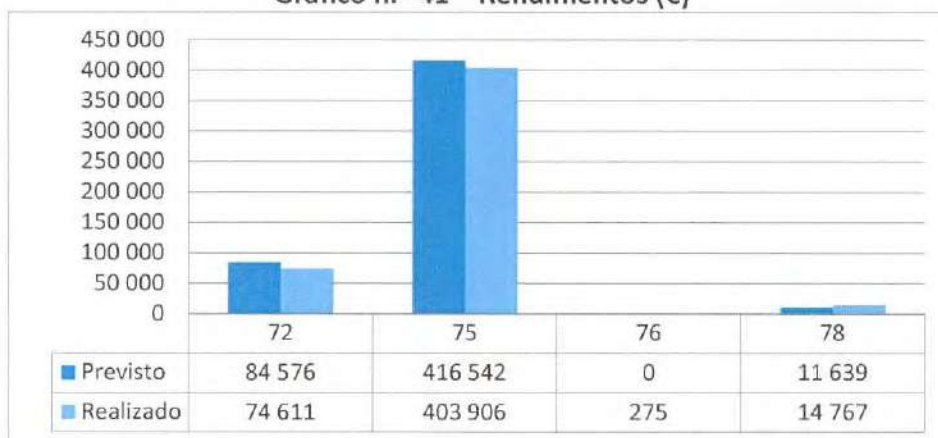
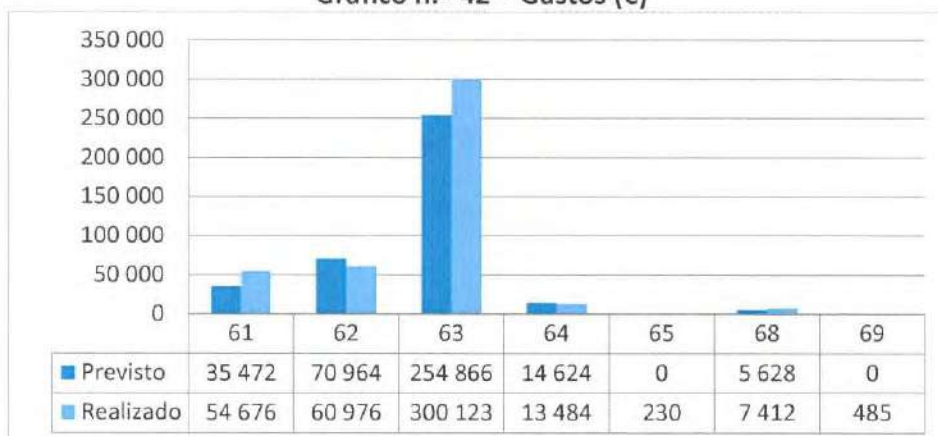


Gráfico n.º 42 – Gastos (€)



Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:

72.75. No Lar Residencial, foram considerados em termos orçamentais, 20 clientes por mês durante o ano, na realidade em média só foram 19.

76. Reversão referente ao Proc. Contraordenacional nº 201600016660 - falta de afixação, em local bem visível do mapa semanal de ementas - Lar Residencial e CAO, uma vez que de acordo com a comunicação da Segurança Social, não se provou que a Instituição tivesse praticado a infração, pelo que o processo foi arquivado e a mesma absolvida.

61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. O aumento deve-se essencialmente a conservação e reparação, energia e gastos de saúde com utentes.



63. Verificou-se um aumento nesta rubrica, uma vez que não estava prevista contratação de uma Técnica Superior de Serviço Social e de uma Ajudante de Lar/Centro de Dia, nem os devidos enquadramento nas categorias profissional corretas.

65. Imparidades às dívidas de clientes.

68. Pagamento de retroativos de vencimento por acerto de enquadramento da categoria profissional.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição.

ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Cantina Social

Gráfico n.º 43 – Rendimentos (€)

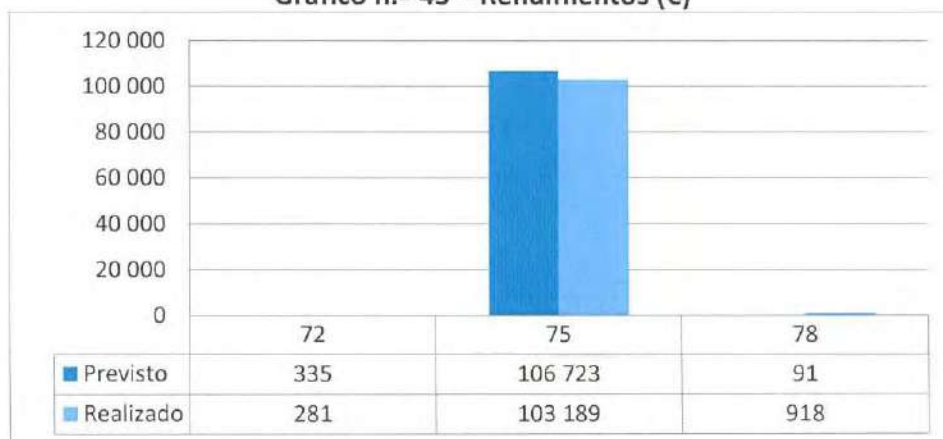
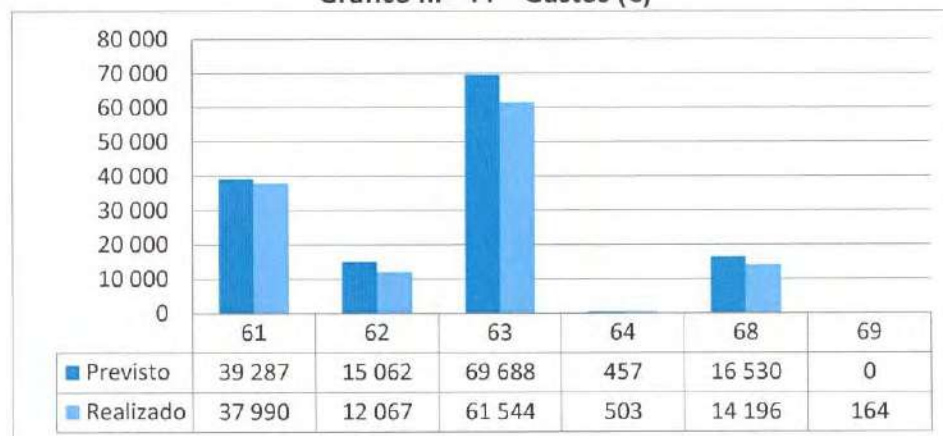


Gráfico n.º 44 – Gastos (€)



Observações:

75. Diminuição do número de refeições protocoladas da Cantina Social.

78. Correções relativas a períodos anteriores.



61 e 62. Estas rubricas são analisadas em conjunto, uma vez que há sub-rubricas da 61 que foram orçamentadas na conta 62 mas nos valores realizados foram contabilizadas na 61. A diminuição deve-se à diminuição do número de refeições na Cantina Social.

63. Diminuição de imputação dos custos com o pessoal da cozinha central, em virtude ter havido menos clientes/utentes na Cantina Social e a baixa médica de uma colaboradora.

68. Diminuição dos reembolsos das refeições da Cantina Social.

69. Juros de empréstimos bancários, necessários para financiarem as atividades da Instituição.

Outras atividades:

Gráfico n.º 45 – Rendimentos (€)

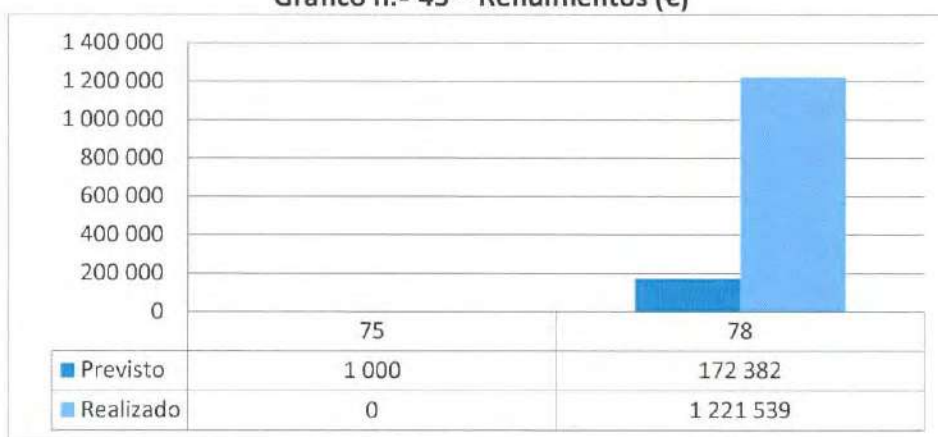
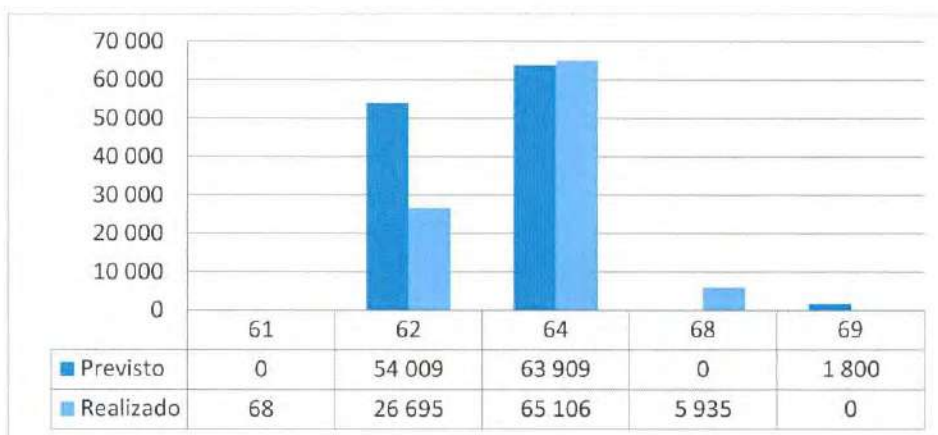


Gráfico n.º 46 – Gastos (€)



Observações:

As diferenças mais expressivas são justificadas da seguinte forma:



75. O valor previsto nesta rubrica, era para despesas do Secretariado Distrital, que passou a ser reembolsado com a apresentação de faturas em nome da União das Misericórdias.

78. Alienação de prédios urbanos e rústico. Em termos orçamentais apenas se considerou a venda do prédio urbano sito na Rua de S. Pedro, 26 em Cumeada.

62. Diminuição do valor pago em honorários jurídicos, relativamente ao orçamentado.

64. Diminuição das depreciações, em virtude das alienações de ativos.

68. Essencialmente, correções de períodos anteriores.

69. Os juros foram repartidos pelas diversas Respostas Sociais, uma vez que os empréstimos bancários, foram necessários para financiarem as atividades da Instituição.

RESULTADOS LÍQUIDOS POR RESPOSTA SOCIAL E OUTROS SERVIÇOS

Gráfico n.º 47 – Resultados líquidos por respostas sociais e outros serviços



**10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(EUROS)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	3 396 791,98	3 470 611,49
Investimentos financeiros	17	3 999,96	2 693,03
		3 400 791,94	3 473 304,52
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	11 046,91	13 607,22
Créditos a receber	18	20 361,89	13 337,03
Estado e outros entes públicos	19	11 076,31	22 045,00
Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/membros	20	1 061,50	870,00
Diferimentos	21	7 824,51	5 115,54
Outros ativos correntes	22	88 849,37	72 794,00
Caixa e depósitos bancários	4	1 051 370,72	35 317,66
		1 191 591,21	163 086,45
TOTAL DO ATIVO		4 592 383,15	3 636 390,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	23	1 187 456,60	1 187 456,60
Resultados transitados	23	633 434,42	865 650,39
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10 e 23	1 244 128,44	1 299 502,33
		3 065 019,46	3 352 609,32
Resultado líquido do período		1 087 998,80	-233 359,07
Total dos fundos patrimoniais		4 153 018,26	3 119 250,25
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	29	20 870,22	0,00
Provisões	24	48 005,00	49 528,19
		68 875,22	49 528,19
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	28	79 560,23	47 901,87
Estado e outros entes públicos	25	56 814,55	58 672,32
Financiamentos obtidos		0,00	140 000,00
Diferimentos	26	22 370,54	16 581,50
Outros passivos correntes	27	211 744,35	204 456,84
TOTAL DO PASSIVO		439 364,89	517 140,72
TOTAL DO FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		4 592 383,15	3 636 390,97



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 2017 E 2016

(EUROS)			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	646 757,79	604 945,15
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 222 313,22	1 122 598,71
Trabalhos para a própria entidade	11	600,03	6 889,93
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-325 158,94	-296 185,80
Fornecimentos e serviços externos	13	-269 865,40	-301 295,08
Gastos com o pessoal	12	-1 295 523,28	-1 349 893,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/resgates)	18	-2 869,75	-2 945,30
Provisões (aumentos/reduções)	24	275,00	-49 528,19
Outros rendimentos	14	1 267 390,79	202 486,39
Outros gastos	15	-50 687,67	-37 262,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		1 193 231,79	-100 190,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7 e 16	-102 451,13	-132 800,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 090 780,66	-232 991,07
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	4,40
Juros e gastos similares obtidos	30	-2 781,86	-372,40
Resultados antes de impostos		1 087 998,80	-233 359,07
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1 087 998,80	-233 359,07



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2017 E 2016

(EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes e utentes		651 330,70	622 830,75
Pagamento de apoio		-163,75	-605,47
Pagamentos a fornecedores		-597 235,17	-594 728,96
Pagamentos ao pessoal		-1 238 088,46	-1 349 692,94
Caixa gerada pelas operações		-1 184 156,68	-1 322 196,62
Outros recebimentos/pagamentos		-1 112 009,99	-1 067 627,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-72 146,69	-254 569,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-66 616,02	-75 176,37
Investimentos financeiros		-1 535,52	-117,78
Outros Ativos		-12 330,25	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 239 500,00	11 278,00
Investimentos financeiros		293,04	577,98
Outros Ativos		43 140,60	85 204,42
Subsídios ao investimento		7 659,54	41 663,44
Juros e rendimentos similares		0,00	4,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 210 111,39	63 434,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		235 409,40	140 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-354 539,18	0,00
Juros e gastos similares		-2 781,86	-372,40
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-121 911,64	139 627,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 016 053,06	-51 507,50
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		35 317,66	86 825,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 051 370,72	35 317,66



Relatório e Contas de 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2016 E 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2016

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações patrimoniais	Excedentes de reavaliação	Resultados Líquidos do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	1 187 456,60	1 101 901,89	1 286 162,31	136 325,34	-258 140,14	3 453 706,00
Alterações no período							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					-136 325,34		-136 325,34
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-236 251,50			258 140,14	21 888,64
	2	0,00	-236 251,50	0,00	-136 325,34	258 140,14	-114 436,70
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-233 359,07	-233 359,07
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					24 781,07	-347 795,77
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados				13 340,02			13 340,02
	5	0,00	0,00	13 340,02	0,00	0,00	13 340,02
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	1 187 456,60	865 650,39	1 299 502,33	0,00	-233 359,07	3 119 250,25

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 2017

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações patrimoniais	Excedentes de reavaliação	Resultados Líquidos do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	1 187 456,60	865 650,39	1 299 502,33	0,00	-233 359,07	3 119 250,25
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-232 215,97	-55 373,89		233 359,07	-54 230,79
	7	0,00	-232 215,97	-55 373,89	0,00	233 359,07	-54 230,79
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1 087 998,80	1 087 998,80
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					1 321 357,87	1 321 357,87
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados							0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11=6+7+8+10	1 187 456,60	633 434,42	1 244 128,44	0,00	1 087 998,80	4 153 018,26



Nota 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa Misericórdia de Reguengos Monsaraz é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social, inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias, a fls. 8, sob o número 7/81, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, com sede em Av. Dr. António José d'Almeida, 16.

Tem como atividade principal a área social, nomeadamente Creche, Educação Pré-Escolar, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro de Atividades de Tempos Livres, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Intervenção Precoce.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 8 de março de 2018. As mesmas estão ainda sujeitas a parecer do Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Nota 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.



- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras são expressas em euros.

Nota 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 10

O rendimento ou gasto resultante da alienação ou abate de um ativos fixo tangível é determinado pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o aviso nº 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir 01/01/2016.

3.1.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

3.1.3. INVENTÁRIOS

Os inventários de matérias subsidiárias foram valorizados pelo custo de aquisição.

3.1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

3.1.4.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/irmãos/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/irmãos/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.1.4.2. Clientes e Outros Ativos Correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

3.1.4.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



3.1.4.4. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.4.5. Locações

A locação operacional das rendas é reconhecida como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

A locação financeira de ativos, na ótica do locatário, é reconhecida, no início do prazo de locação, como ativos e passivos no balanço (ativo, obrigação da locação, depreciação acumulada, redução da obrigação da locação. Na demonstração de resultados é reconhecida como gastos financeiros e gastos de depreciação.

3.1.5. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por rendimentos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.1.6. O RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.7. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

3.1.8. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.1.9. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCMRM continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.



Nota 4 – CAIXA, DEPÓSITOS BANCÁRIOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Caixa		
Numerário/cheques	698,43	1 194,63
Sub-total	698,43	1 194,63
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1 050 672,29	34 123,03
Sub-total	1 050 672,29	34 123,03
Total	1 051 370,72	35 317,66

Esses fluxos foram considerados de forma desagregada, pelas atividades operacionais, investimento e financiamento.

Nota 5 - ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram alterações significativas nas estimativas e erros.

**Nota 6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017

Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tang.	Ati. Fixo tang. em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial	741 320,60	3 635 525,35	761 144,52	152 773,04	146 720,03	133 121,51	7 208,78	5 577 813,83
Aquisições	45 000,00	0,00	810,35	26 762,84	4 498,39	2 333,35	27 303,53	106 708,46
Abates		-142,80						-142,80
Alienações	-42 252,79	-63 022,37						-105 275,16
SALDO FINAL	744 067,81	3 572 360,18	761 954,87	179 535,88	151 218,42	135 454,86	34 512,31	5 579 104,33
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial	0,00	1 078 682,09	629 844,51	142 919,73	137 087,24	118 668,77	0,00	2 107 202,34
Amortizações do exercício		63 499,34	27 851,55	3 284,43	4 218,50	3 597,31		102 451,13
Alienações		-27 301,08						-27 301,08
Abates		-40,04						-40,04
SALDO FINAL	0,00	1 114 840,31	657 696,06	146 204,16	141 305,74	122 266,08	0,00	2 182 312,35
ATIVO LÍQUIDO	744 067,81	2 457 519,87	104 258,81	33 331,72	9 912,68	13 188,78	34 512,31	3 396 791,98

2016

Descrição	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tang.	Ati. Fixo tang. em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo inicial	649 386,16	3 354 002,57	759 361,91	183 183,28	145 335,41	136 394,71	13 235,78	5 240 899,82
Aquisições		71 392,07	1 782,61	13 137,74	1 384,62	617,07	56 857,62	145 171,73
Doações	12 000,00	38 000,00						50 000,00
Alienações		-275,49		-43 547,98		-3 890,27		-47 713,74
Transferências	79 934,44	308 731,54					-62 884,62	325 781,36
Outras variações		-136 325,34						-136 325,34
SALDO FINAL	741 320,60	3 635 525,35	761 144,52	152 773,04	146 720,03	133 121,51	7 208,78	5 577 813,83
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS								
Saldo inicial	0,00	945 507,22	600 242,42	180 933,28	131 389,88	118 486,79	0,00	1 976 559,59
Amortizações do exercício		65 088,44	29 602,09	5 534,43	5 697,36	3 472,25		109 394,57
Alienações		-275,49		-43 547,98		-3 290,27		-47 113,74
Transferências		82 297,78						82 297,78
Outras variações		-13 935,86						-13 935,86
SALDO FINAL	0,00	1 078 682,09	629 844,51	142 919,73	137 087,24	118 668,77	0,00	2 107 202,34
ATIVO LÍQUIDO	741 320,60	2 556 843,26	131 300,01	9 853,31	9 632,79	14 452,74	7 208,78	3 470 611,49



Relatório e Contas de 2017

Nota 7 – ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017		
Descrição	Outros Ativos Fixos Intangíveis	Total
ATIVO BRUTO		
Saldo inicial	70 203,79	70 203,79
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
Saldo inicial	70 203,79	70 203,79
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00

2016		
Descrição	Terrenos recursos naturais	Total
ATIVO BRUTO		
Saldo inicial	70 203,79	0,00
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		
Saldo inicial	70 203,79	70 203,79
SALDO FINAL	70 203,79	70 203,79
ATIVO LÍQUIDO	0,00	0,00

**Nota 8 - INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Inventários” e “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” apresentavam os seguintes valores:

Inventários	Bens Alimentares	Bens Não Alimentares	Total
Saldo inicial	5 541,88	8 065,34	13 607,22
Saldo final	4 917,03	6 129,88	11 046,91

Demonstração dos custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2017	2016
Saldo inicial	13 607,22	16 639,32
Compras	324 606,59	294 626,85
Regularizações	-2 007,96	-1 473,15
Saldo final	11 046,91	13 607,22
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	325 158,94	296 185,80

**Bens não Alimentares:**

RÚBRICAS	2017	2016
Combustíveis		
Gás	19 381,02	0,00
Medicamentos e artigos de saúde	9,56	11,34
Material de escritório	2 927,97	2 235,13
Limpeza, higiene e conforto		
Detergentes para limpeza		
Roupa	7 533,64	6 454,96
Loiça	5 239,03	4 859,59
Outros detergentes	3 215,72	3 443,40
Resguardos		
Fraldas	16 163,40	14 672,85
Salvacamas	2 317,70	2 591,19
Pensos	675,56	399,61
Artigos de higiene	4 915,69	5 044,63
Artigos para limpeza		
Luvas, toucas, aventais	4 440,20	3 361,69
Utensílios para limpeza	7 260,42	6 034,54
Limpeza/pragas	32,74	48,86
Outros		
Pastilhas cloro	518,77	300,72
Toalhas papel, papel higiénico e guardanapos	9 924,42	9 623,18
Outros	915,20	71,13
Limpeza nas respostas sociais	0,95	
Conservação e reparação		
Imóveis	250,70	0,00
Vestuário e calçado	27,79	0,00
Veículos	75,22	76,12
Material didático	2 997,74	1 596,58
Outros	2 195,99	1 060,33
TOTAL	91 019,43	61 885,85

Verifica-se um aumento mais significativo nas seguintes rubricas:

Gás – alteração da contabilização desde março, começou a dar entrada em armazém, deixou de ser contabilizado na 62 – FSE.

Detergente para roupa – aumento dos clientes em Lar Residencial e SAD e na quantidade de roupa da ERPI.

Fraldas – aumento do consumo na ERPI devido aos clientes estarem cada vez mais dependentes.

Outros - o aumento diz respeito à compra de colchas para a ERPI.

Verifica-se igualmente um aumento no consumo de material escritório, luvas, toucas, aventais, utensílios para limpeza e material didático.

Relativamente às rubricas que diminuíram, não se verificaram alterações significativas.

**Nota 9 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresenta a seguinte composição:

RÚBRICAS	2017	2016
Vendas	0,00	1 626,08
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	642 802,29	596 935,04
Quotas dos Irmãos	3 955,50	3 945,00
Publicidade Boletim	0,00	2 439,03
TOTAL	646 757,79	604 945,15

Em 2017 não se registaram vendas uma vez que a atividade da Horta de S. José terminou em 2016.

Os aumentos mais significativos nas prestações de serviços devem-se:

- Na área da Infância e Juventude, à alteração da forma de cálculo das comparticipações familiares mensais, que na maioria dos clientes originou um aumento das mesmas;
- Na área da Invalidez e Reabilitação, ao aumento do número de clientes do Lar Residencial;
- Na área do Idoso, ao aumento do número de clientes do Serviços de Apoio Domiciliário.

Nota 10 - SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas:

a) Subsídios à exploração e doações

DESCRIÇÃO	2017	2016
Subsídios à exploração		
Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP)		
Infância e Juventude	352 976,66	345 737,72
Invalidez e Reabilitação	398 701,95	325 319,80
Terceira Idade	307 781,01	284 468,35
Família e Comunidade	101 843,03	107 018,08
ARS	37 238,86	37 238,64
IEFP	13 937,94	8 741,75
Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	0,00
Outros	750,00	1 750,00
Doações	9 083,77	12 324,37
TOTAL	1 222 313,22	1 122 598,71



Relatório e Contas de 2017

O aumento no subsídio atribuído pelo ISS, IP deve-se essencialmente, para além das atualizações anuais, a:

- a) Revisão do acordo de cooperação para o Lar Residencial que passou de 12 clientes para 19;
- b) As vagas reservadas, ao pagamento de complementos de 2º grau para os clientes de ERPI e ao aumento do número de clientes do SAD.

A diminuição na área da Família e comunidade deve-se ao decréscimo de refeições apoiadas na Cantina Social.

O aumento no subsídio atribuído pelo IEFP deve-se ao subsídio atribuído para a financiamento de ações de formação para todos os colaboradores da Instituição e ao financiamento de 70% de uma trabalhadora pela medida de emprego apoiado mercado aberto (consiste na atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado).



b) Subsídios ao investimento e doações

Outras Variações nos fundos patrimoniais	2016	2017				2017
	Saldo Final	Recebimentos de subsídios/ doações	Registo de subsídios/ doações	Subsídios por receber	Reconhecimento subsídio/doações	Saldo Final
SUBSÍDIOS						
PIDACC						
Remodelação Lar N.ª Senhora Fátima	112 732,62				-3 522,84	109 209,78
Remodelação Antigo Hospital	219 564,78				-6 273,24	213 291,54
Outros Subsídios da Seg. Social						
Centro de Atividades Ocupacionais	69 860,12				-1 995,96	67 864,16
Outras Entidades						
Remodelação do Lar D. Josefa Valadas Costa	193 517,69				-6 047,40	187 470,29
Fundação Calouste Gulbenkian	31 862,66				-2 029,56	29 833,10
Telhados da Horta de S. José	10 998,69				-249,96	10 748,73
Multifunções - Quinta do Gião	179 803,02				-3 999,96	175 803,06
INALENTEJO-FEDER	12 802,97				-2 799,00	10 003,97
Lavandaria Central/Cobertura Armazém	133 647,98				-12 368,52	121 279,46
Fundo Rainha D. Leonor	40 830,17				-833,28	39 996,89
DOAÇÕES						
Doações	293 881,63				-15 254,17	278 627,46
TOTAL	1 299 502,33	0,00	0,00	0,00	-55 373,89	1 244 128,44

Outras Variações nos fundos patrimoniais	2015	2016				2016
	Saldo Final	Recebimentos de subsídios/ doações	Registo de subsídios/ doações	Subsídios por receber	Reconhecimento subsídio/doações	Saldo Final
SUBSÍDIOS						
PIDACC						
Remodelação Lar N.ª Senhora Fátima	116 255,46				-3 522,84	112 732,62
Remodelação Antigo Hospital	225 838,02				-6 273,24	219 564,78
Outros Subsídios da Seg. Social						
Centro de Atividades Ocupacionais	71 856,08				-1 995,96	69 860,12
Outras Entidades						
Remodelação do Lar D. Josefa Valadas Costa	199 565,09				-6 047,40	193 517,69
Fundação Calouste Gulbenkian	35 179,17				-3 316,51	31 862,66
Telhados da Horta de S. José	11 248,65				-249,96	10 998,69
Multifunções - Quinta do Gião	183 802,98				-3 999,96	179 803,02
INALENTEJO-FEDER	15 809,33			7 659,54	-3 006,36	12 802,97
Lavandaria Central/Cobertura Armazém	146 016,50				-12 368,52	133 647,98
Fundo Rainha D. Leonor	0,00		41 663,44		-833,27	40 830,17
DOAÇÕES						
Doações	280 591,03		50 000,00		-36 709,40	293 881,63
TOTAL	1 286 162,31	0,00	91 663,44	7 659,54	-78 323,42	1 299 502,33

Em 2017 a Instituição não apresentou nenhuma candidatura para financiamento de bens ativos.



O valor negativo de €15 254,17 registado na rubrica de Doações, inclui a alienação de bens do ativo doados. (vide ponto 7.3 do Relatório).

Nota 11 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os “trabalhos para a própria entidade” dizem respeito aos produtos hortofrutícolas produzidos na Quinta do Gião e que são consumidos na Instituição.

Nota 12 - PESSOAL AO SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO

Os benefícios de empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, serviço de disponibilidade, isenção de horário de trabalho, abono para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como um gasto no período em que os serviços são prestados.

O número de pessoas ao serviço da Instituição em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de 101 e 100 respetivamente.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RÚBRICAS	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	500,00	3 000,00
Remunerações ao pessoal	1 027 654,99	1 038 234,52
Encargos sobre as Remunerações	230 870,87	233 327,37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 963,11	7 093,91
Indemnizações	711,99	60 407,17
Formação Profissional	18 982,95	102,25
Outros Gastos com o Pessoal		
IEFP	4 929,40	6 241,55
Outros	4 909,97	1 486,62
Total	1 295 523,28	1 349 893,39

Da análise dos dados acima disponíveis verifica-se que a Santa Casa da Misericórdia terminou o ano de 2017 com um decréscimo de cerca de 4% das despesas com o pessoal, face ao período homólogo do ano anterior. Este decréscimo reflete a diminuição do pessoal que ocorreu durante o ano de 2016, principalmente no gasto com o pagamento de indemnizações. Não obstante esta situação, em 2017 foram atualizados os valores dos vencimentos bases do pessoal que não estava bem enquadrado nas respetivas categorias profissionais.

**Nota 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Subcontratos	0,00	330,00
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	13 575,07	9 816,63
Publicidade e Propaganda	1 129,14	578,10
Vigilância e Segurança	5 775,96	4 892,46
Honorários	47 671,78	43 665,97
Comissões	5 856,85	648,85
Conservação e reparação	34 064,78	36 626,61
Serviços bancários	1 671,01	1 147,01
Outros	395,05	411,79
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	590,19	899,72
Livros de documentação técnica	0,00	125,00
Material de escritório	1 434,92	2 278,79
Artigos para oferta	333,50	841,33
Outros	0,00	36,43
Energia e fluidos		
Eletricidade	41 296,19	44 010,19
Combustíveis		
Gasóleo Veículos	16 739,39	16 358,56
Gasóleo Aquecimento	20 140,53	18 912,00
Gás	5 872,50	27 022,50
Outros Combustíveis	19,50	101,13
Água	16 586,46	16 072,59
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1 436,07	2 311,70
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	7 276,95	7 279,73
Comunicação	8 940,15	11 106,92
Seguros	7 347,02	10 007,76
Contencioso e notariado	1 373,46	545,95
Despesas de representação	280,45	289,75
Limpeza, higiene e conforto	2 637,54	1 371,00
Outros serviços		
Vestuário e Calçado de Utentes	286,49	5 650,45
Encargos de Saúde com Utentes	23 989,14	34 353,98
Encargos de Saúde com Animais	0,00	164,00
Material Didático	437,34	983,66
Inspeção de Veículos	399,10	579,73
Outros	2 308,87	1 874,79
Outros		
TOTAL	269 865,40	301 295,08



Relatório e Contas de 2017

Verifica-se um aumento mais significativo nas seguintes rubricas:

Honorários – nomeadamente honorários com a prestação de serviços de fisioterapia e enfermagem na área do Idoso, consultadoria na área administrativa e reparações.

Comissões – valor da comissão paga à imobiliária pela venda de imóveis.

Gasóleo de aquecimento – aumento do preço e no consumo no Lar Residencial devido ao aumento do número de quartos.

Verifica-se uma diminuição mais significativa nas seguintes rubricas:

Conservação e reparação – verificou-se um aumento na conservação e reparação de veículos, contudo os gastos com conservação e reparação de imóveis diminuiu devido ao facto de em 2016 se terem realizado obras na Praça de Touros e em 2017 apenas se realizam pequenas obras de conservação e reparação nos imóveis em geral.

Eletricidade – Diminuição do consumo.

Gás – alteração da contabilização a partir de março, começam a dar entrada no armazém, assim o consumo desta despesa passou a ser contabilizado na conta 61 – CMVMC.

Comunicação – alteração de operadoras de telecomunicação.

Seguros- diminuição devido principalmente ao seguro de viaturas que foram alienadas e ao seguro de acidentes pessoais.

Vestuário e calçado de utentes – em 2016 foi doado calçado para os utentes da Instituição, esta doação é contabilizada numa conta de rendimentos em contrapartida de uma de gastos.

Encargos de Saúde com Utentes – esta rubrica foi objeto de acerto contabilístico. Passou-se a deduzir ao gasto o rendimento referente ao reembolso feito pelos clientes.

**Nota 14 - OUTROS RENDIMENTOS**

A rubrica “Outros Rendimentos”, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalha-se da seguinte forma:

RÚBRICAS	2017	2016
Rendimentos suplementares	4 443,44	18 393,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 255,13	1 430,93
Ganhos em Inventários	0,00	99,56
Rendimentos nos restantes Ativos Financeiros	0,00	577,98
Alienação de Ativos Fixos Tangíveis	1 161 525,92	11 278,00
Rendimento de Imóveis	7 878,64	3 797,85
Rendimento de Propriedades Rústicas	9 323,99	61 956,57
Exploração da Praça de Toiros	16 100,00	18 000,00
Exploração Bar Praça Toiros	1 700,00	1 700,00
Horta S. José	1 666,66	250,00
Correções relativas a períodos anteriores	12 184,52	11 085,20
Imputação de subsídios para investimentos e doações	44 382,75	70 067,31
Outros	6 929,74	3 849,23
TOTAL	1 267 390,79	202 486,39

Da análise dos dados acima disponíveis verifica-se um aumento acentuado da rubrica “Outros Rendimentos”, devido ao rendimento resultante da alienação de ativos fixos tangíveis, nomeadamente: os prédios urbanos sitos na Rua Cruz Vermelha, nº 25 em Reguengos de Monsaraz e na Rua de S. Pedro nº 26, em Cumeada e o prédio rústico Herdade M^a Afonso. **(vide ponto 7.3 do Relatório)**. Devido à venda da Herdade, verifica-se uma diminuição nos rendimentos de propriedades rústicas, nomeadamente rendas.

A diminuição nos rendimentos suplementares resulta dos acertos contabilísticos relativamente ao reembolso de medicamentos e de despesas de saúde.

O rendimento de imóveis aumentou uma vez que em 2017 foram arrendados os prédios urbanos sitos na Rua Mouzinho de Albuquerque nº 37 e o Salão Multiusos, Rua Mouzinho de Albuquerque, em Reguengos de Monsaraz.

Correções relativas a períodos anteriores – acertos no nº de vagas feitos pela Segurança Social relativamente a anos anteriores, correções da TSU à Segurança Social e estorno de seguros.

**Nota 15 - OUTROS GASTOS**

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Impostos	885,41	2 331,01
Dívidas incobráveis -quotizações	30,00	52,50
Correções relativas a períodos anteriores	27 449,94	7 124,10
Pirilampo mágico	1 411,07	1 407,40
Donativos	428,24	36,44
Reembolso Cantina Social a IPSS	12 050,00	13 517,50
Outros Gastos	8 433,01	12 794,02
TOTAL	50 687,67	37 262,97

Impostos – Em 2016 foi efetuada a certificação energética de três prédios rústicos.

Correções relativas a períodos anteriores – o aumento em cerca de € 20.000,00 diz respeito à atualização dos valores dos vencimentos bases do pessoal que não estavam bem enquadrados.

Nota 16 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Ativos fixos tangíveis	102 451,13	109 394,57
Ativos fixos intangíveis	0,00	23 405,95
TOTAL	102 451,13	132 800,52

Nota 17 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros investimentos detidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Investimento financeiros não correntes		
Fundo de compensação do trabalho	3 999,96	2 693,03
TOTAL	3 999,96	2 693,03

**Nota 18 – CRÉDITOS A RECEBER**

O detalhe da rubrica “Clientes”, registados em Créditos a Receber - Ativos correntes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Rúbricas	2017	2016
Clientes		
Educação Pré-escolar	448,06	2 299,55
Creche	242,67	532,74
Atividades tempos livres	140,00	50,51
Lar de Infância e Juventude	0,00	151,15
Estrutura residencial para pessoas idosas	15 349,78	5 397,69
Centro dia	178,66	10,00
Serviço de apoio domiciliário	277,22	1 277,94
Centro de atividades ocupacionais	80,00	30,00
Residência p/pessoas portadoras de deficiência	995,50	429,86
Horta de S. José	0,00	157,59
Clientes Gerais	2 650,00	3 000,00
TOTAL	20 361,89	13 337,03

Considerando o perfil da antiguidade das contas a receber de clientes, e analisando a recuperabilidade das mesmas, as perdas de imparidade para as contas a receber foram calculadas considerando:

1. a análise da antiguidade das contas a receber;
2. o perfil de risco do cliente;
3. as condições financeiras dos clientes.

RÚBRICAS	2017	2016
Imparidades de dívidas a receber		
Clientes		
Educação Pré-escolar	2 021,40	1 333,89
Creche	156,92	884,83
Atividades tempos livres	16,67	426,00
Estrutura residencial para pessoas idosas	346,65	260,36
Centro Dia	128,11	587,13
Serviço de apoio domiciliário	0,00	404,61
Centro de atividades ocupacionais	230,00	405,00
Reversões de dívidas a receber		
Clientes		
Centro de Atividades de Tempos Livres	30,00	1 356,52
TOTAL	2 869,75	2 945,30

**Nota 19 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Rúbricas	2017	2016
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
Retenção de imposto sobre o rendimento de Trabalho Independente	0,00	66,67
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) - Reembolsos pedidos	11 076,31	21 978,33
TOTAL	11 076,31	22 045,00

Nota 20- FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/IRMÃOS/MEMBROS

O detalhe da rubrica “Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/ membros”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

Rúbricas	2017	2016
Fundadores/beneméritos/Patrocinadores/Irmãos/membros		
IRMÃOS		
Quotizações	1 061,50	870,00
TOTAL	1 061,50	870,00

Nota 21– DIFERIMENTOS ATIVOS

O detalhe da rubrica “Diferimentos ativos”, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
GASTOS A RECONHECER		
Seguros	6 702,87	4 052,37
Segurança	465,65	374,13
Aluguer da fotocopiadora	655,99	689,04
Honorários	0,00	0,00
TOTAL	7 824,51	5 115,54

**Nota 22 – OUTROS ATIVOS CORRENTES**

O detalhe da rubrica “Outras contas a receber”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Devedores por acréscimo de rendimento		
Compensação das educadoras	37 311,08	31 266,24
Cantina Social	4 455,00	6 580,00
União Misericórdias Portuguesas	0,00	1 000,00
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	902,15
Devedores diversos		
Fornecedores	0,00	2 187,42
Pessoal	2 757,84	350,00
Adiantamento a fornecedor	498,58	0,00
Município de Reguengos de Monsaraz	0,00	497,12
IEFP	13 560,15	1 470,18
ADA-Assoc. Des. Ação Social (PAC/POAPMC)	4 037,36	0,00
Centro Distrital Segurança Social	7 241,72	1 258,39
Fundos permanentes	49,74	40,00
Administração Regional de Saúde	19,76	19,76
Outros		
Publicidade	650,05	1 250,05
INALENTEJO-FEDER	0,00	7 659,54
Rendas	11 593,88	11 437,88
Venda Pastagens	0,00	3 508,02
Outros	6 674,21	3 367,25
TOTAL	88 849,37	72 794,00

Compensação das educadoras – Este valor varia conforme o vencimento das educadoras que estão afetas à Educação Pré-escolar, de acordo com o Protocolo de Cooperação do Pré-Escolar de 97/98, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas.

Cantina Social – O valor diz respeito às refeições de dezembro de 2017.

Centro Distrital Segurança Social - Valor das comparticipações retido para o Fundo de Reestruturação da Segurança Social e reembolso de funeral.

Rendas – renda da Herdade da Margalha e das casas da Praça de Touros.



Relatório e Contas de 2017

Nota 23 - FUNDOS PATRIMONIAIS

O detalhe da rubrica "Fundos Patrimoniais", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS		
Fundo Social	1 187 456,60	1 187 456,60
Resultados transitados	633 434,42	865 650,39
Outras variações nos fundos patrimoniais:		
Subsídios	965 500,98	1 005 620,70
Doações	278 627,46	293 881,63
TOTAL	3 065 019,46	3 352 609,32

O saldo da conta dos Resultados Transitados em 2017 resulta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 e da regularização da rubrica de doações, aquando da venda do prédio rústico doado.

Nota 24 - PROVISÕES

As Provisões dizem respeito a processos em tribunal e coimas, que foram constituídas devido à existência de incerteza, até 31 dezembro de 2017, acerca da sua tempestividade ou quantia futura necessários para a sua liquidação.

Em 2017 verificou-se a redução do valor das provisões em €1 523,19. A redução diz respeito a: € 275,00 referentes ao Proc. Contraordenacional nº 201600016660 - falta de afixação, em local bem visível do mapa semanal de ementas - Lar Residencial e CAO, uma vez que de acordo com a comunicação da Segurança Social, não se provou que a Instituição tivesse praticado a infração, pelo que o processo foi arquivado e a mesma absolvida. Os restantes €1 248,19 referentes Proc. Nº 2283/16.5 T8EVR - Créditos laborais emergentes de contato de trabalho - ex-Lar de Infância e Juventude, cuja Instituição teve que pagar.

Descrição	2017
Proc. 208/11.3TARMZ - Indemnização cível do processo judicial do ex-Lar de Infância e Juventude	42 980,00
Proc. Contraordenacional nº 201600016409 - funcionamento do estabelecimento com excesso de lotação em relação à capacidade autorizada e inexistência de pessoal com categoria profissional e afetação adequadas à atividade desenvolvida no estabelecimento e indicado no respetivo mapa - ATL	5 025,00
	48 005,00

**Nota 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", saldos credores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
Retenção de impostos sobre o rendimento	11 006,48	14 183,13
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	266,84	72,12
Contribuições para a Segurança Social	45 411,80	44 349,00
Outras Contribuições	129,43	68,07
TOTAL	56 814,55	58 672,32

Nota 26 - DIFERIMENTOS PASSIVOS

O detalhe da rubrica "Diferimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Rendimentos prédios rústicos	3 083,34	14 501,50
Comparticipações familiares	1 403,16	2 080,00
Subsídios do IEFP	17 884,04	0,00
TOTAL	22 370,54	16 581,50

Nota 27 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica "Outros passivos correntes" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimento	0,00	13 137,74
Credores diversos		
Remunerações a liquidar	192 146,34	178 394,23
Outros	19 598,01	12 924,87
TOTAL	211 744,35	204 456,84

**Nota 28 - FORNECEDORES**

No âmbito da atividade normal da Instituição as faturas da maioria dos fornecedores são pagas até ao dia 25 do mês seguinte.

O detalhe da rubrica “Fornecedores” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

RÚBRICAS	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores c/c	79 560,23	47 901,87
TOTAL	79 560,23	47 901,87

Nota 29 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados no momento em que são incorridos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Considerando que, não obstante as várias diligências com vista à alienação de bens imóveis, de acordo a autorização expressa pela Assembleia Geral, na sua reunião de 31 de março de 2016, todas elas se revelaram infrutíferas, não permitindo, por isso, amortizar no todo ou em parte o empréstimo de curto prazo, no montante de € 200 000,00 (duzentos mil euros), concedido pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L., conforme “CONTRATO DE MÚTUO COM LIVRANÇA”, celebrado no dia 20 de abril de 2016. Face ao considerando atrás exposto, no seu entender em 31 março, não restou outra alternativa que não fosse propor que a Mesa Administrativa delibera-se converter o referido empréstimo bancário, no montante de € 200 000,00 (duzentos mil euros) de curto prazo em médio prazo, para liquidação do respetivo capital e juros durante cinco anos.

Contudo, em agosto foi efetuada a alienação da Herdade Maria Afonso, o que permitiu liquidar o referido empréstimo.

No final do ano adquiriram-se duas viaturas ligeiras de mercadorias para o SAD, através de locação financeira.

Nota 30 – JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros dizem respeito ao empréstimo obtidos e às locações financeiras.



Nota 31 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), para 2017, foram de € 3 690,00 com IVA incluído à taxa de 23%.

Nota 32 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 33 – MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO OU DE SUPERVISÃO

Os Órgãos Sociais em funções foram eleitos em 26 de janeiro de 2017 para o quadriénio 2017 a 2020.

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

Não foram efetuados quaisquer tipos de adiantamentos a membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, como sejam os membros da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e Definitório.

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria;

Não existem compromissos assumidos em nome dos membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, não são remunerados.



11. PROPOSTA

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- a) *Aprovar o Relatório e Contas de 2017;*
- b) *Que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de € 1 087 998,80, seja transferido para "Resultados Transitados".*

Reguengos de Monsaraz, 1 de março de 2018.

O Contabilista Certificado,

Edição Remédio Dias Colbo

A Mesa Administrativa,

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

João Filipe Godinho
Manoel Luís

Manoel Francisco Baptista de Lamas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de **4.592.383,15** euros e um total de fundos patrimoniais de **4.153.018,26** euros, incluindo um resultado líquido de **1.087.998,80** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de
fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das
demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza

material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Évora, 19 de março de 2018

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por



Andreia Isabel Inácio Teles

(ROC n.º 1503 – CMVM n.º 20161113)